

EXTRA

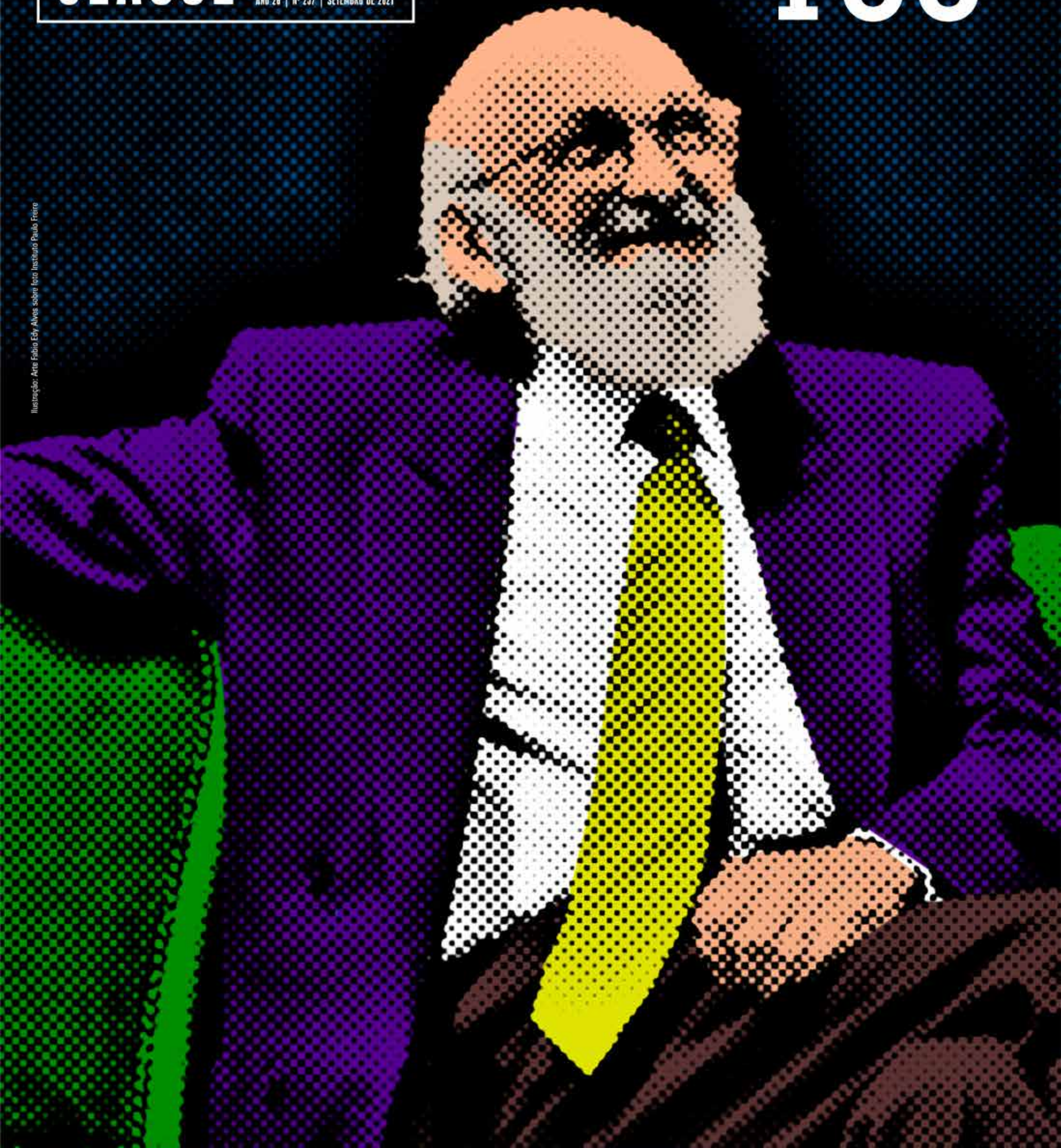
25
Anos

CLASSE-ORG-BR

ANO 26 | Nº 257 | SETEMBRO DE 2021

Paulo Freire a mais de 100

Ilustração: Artur Fábio Edy Alves sobre foto Instituto Paulo Freire



EDITORIAL

Freire é pop

Um "H" faz toda a diferença. Em nossa reportagem que celebra o centenário do educador e patrono da educação brasileira, intitulada *Paulo Freire a mais de 100*, assim mesmo, sem "H", pensamos não apenas em um Paulo Freire que existe há 100 anos, mas bem mais do que isso. Projetamos o Paulo Freire que está além, porque sempre esteve à frente, veloz, que já vivia depois do seu centenário mesmo antes de alcançá-lo.

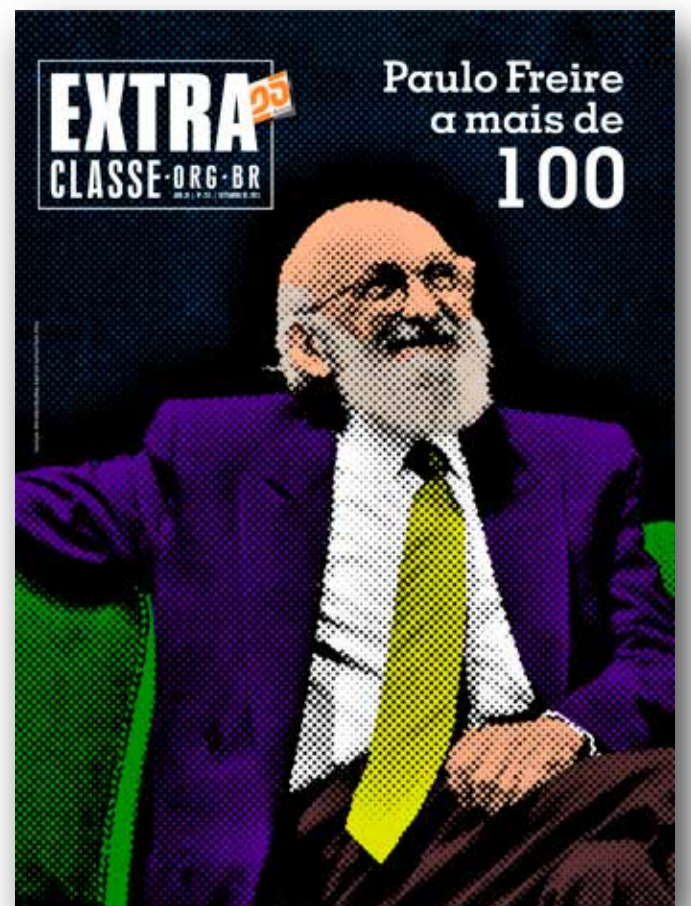
O título e a capa brincam com um Paulo Freire que ficou mais popular – ou pop –, conforme foi sendo atacado. Seja nos anos da ditadura, o que resultou em seu exílio, seja nos tempos atuais, em que o poder estabelecido no Brasil vive sob a celebração de conceitos da Idade Média e briga com a ciência. Se o Brasil anda para trás, em marcha-à-ré, na política, a teoria de Freire segue e já passou dos 100 anos e a centenas de quilômetros por hora.

Um ex-morador de rua uniu conhecimento que adquiriu na universidade com a experiência de ter vivido nas ruas durante 15 anos. Essa é a história do estudante de Políticas Públicas Anderson Rosa Ferreira, 44 anos, que fundou a Escola Virtual de Cuidado em Redução de Danos. Nossa reportagem conta como funciona a iniciativa, que pretende reverter o olhar assistencialista de quem trabalha com políticas públicas voltadas à população de rua para uma visão mais ampla da redução de danos.

Nesta edição, também olhamos para um tema que é recorrente no *Extra Classe*: o meio ambiente. Mais especificamente, a qualidade dos rios gaúchos. Não bastassem os velhos inimigos das águas que consumimos em nossas torneiras – poluição industrial, falta de saneamento –, nossos rios passaram também a carregar cada vez mais agrotóxicos, antibióticos e toda sorte de protetores solares e outras substâncias jogadas pelas populações das cidades em sua corrente.

No que se refere à cultura, o jornal foi investigar como anda o acervo de mais de 40 anos da extinta Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF), o qual foi desmembrado e espalhado. Descobrimos que acessar o conteúdo desse acervo se tornou uma via sacra, que dificulta a vida de pesquisadores e estudiosos dos costumes e das manifestações artísticas do homem do pampa.

E ainda: a análise de política de Marco Weissheimer, a coluna de Marcos Rolim, as crônicas de Verissimo e Fraga, a charge de Santiago, os quadrinhos de Edgar Vasques e Rafael Corrêa.



04 ENTREVISTA

Renato Janine Ribeiro toma posse na SBPC e fala sobre ciência em tempos de obscurantismo

08 EDUCAÇÃO

Centenário de Paulo Freire confirma sua popularidade no Brasil e no mundo

12 MOVIMENTO

Ex-morador de rua une conhecimento científico e das ruas e cria escola de redução de danos

14 ESPECIAL

Os velhos inimigos e os novos vilões dos rios gaúchos

18 WEISSHEIMER

Mobilização de milhares de indígenas em Brasília contra o marco temporal

19 ENSINO PRIVADO

Seminário discutirá o impacto do novo ensino médio nos contratos dos professores

23 ROLIM

As diferenças conceituais entre mérito, equidade e justiça

24 ARTE +

Pesquisadores do folclore gaúcho enfrentam dificuldades para acessar acervo desmembrado da extinta FIGTF

EXTRA
CLASSE-ORG-BR

REDAÇÃO: extraclass@sinprors.org.br

Editores-chefe: Valéria Ochôa

Editores Executivos: Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Editor de fotografia: Igor Sperotto

Redação: César Fraga, Edimar Blazina, Gilson Camargo e Valéria Ochôa

Colaboradores: Adriana Lampert, Cristiano Bastos e Marcelo Menna Barreto

Colunistas: Luis Fernando Verissimo, José Fraga, Marco Aurélio Weissheimer e Marcos Rolim

Diagramação e Arte: Fabio Edy Alves/Bold Comunicação

Projeto Gráfico: Bold Comunicação e D3 Comunicação

Ilustração: Rafael Sica e Ricardo Machado

Charge/Cartum: Edgar Vasques, Rafael Corrêa e Santiago

Revisão: Press Revisão

Comercialização: 51. 4009.2981 e 51. 99702.7283
extraclass@sinprors.org.br

Telefones da Redação: 51. 4009.2980/2982/2983/2985

* O conteúdo dos artigos de opinião e matérias assinadas são de exclusiva responsabilidade de seus autores.

Publicação mensal do Sindicato dos Professores do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS, filiado à CUT e Contee
Av. João Pessoa, 919 | CEP 90.040-000 | Porto Alegre | RS | Fone 51. 4009.2900

[extraclasse.org.br](https://www.extraclass.org.br) [fb.com/jornalextraclass](https://www.facebook.com/jornalextraclass) [instagram.com/jornalextraclass](https://www.instagram.com/jornalextraclass)

Setor agropecuário avançou sobre 81,2 milhões de hectares em 35 anos

O estudo MapBiomas mostra que, entre 1985 e 2020, o crescimento da área ocupada por atividades agropecuárias foi de 44,6%. Agricultura e pecuária, juntas, avançaram sobre 81,2 milhões de hectares no período estudado. Essas atividades cresceram em cinco dos seis biomas brasileiros, com exceção da Mata Atlântica.

No período analisado, a área de plantio de soja e de cana alcançou a mesma extensão de toda a formação campestre do Brasil. A soja já equivale a uma área de terra equivalente a um estado como Maranhão, e a cana ocupa o dobro da área urbanizada de todo o país.

Brasil perdeu 15% de água desde 1990

Outra pesquisa do MapBiomas indica que a dinâmica de uso da terra baseada na conversão da floresta para pecuária e agricultura e a construção de represas contribuem para a diminuição do fluxo hídrico no Brasil.

"Cadê a água que estava aqui?" Esta foi uma pergunta recorrente que os cientistas do MapBiomas se fizeram após análise de imagens de satélite de todo o território nacional entre 1985 e 2020. Os dados, que estão disponíveis no site do MapBiomas, indicam uma clara tendência de perda de superfície de água em todas as regiões hidrográficas, em todos os biomas do país.

Ao todo, a retração da superfície coberta com água no Brasil foi de 15,7% desde o início dos anos 1990, caindo de quase 20 milhões de hectares para 16,6 milhões de hectares em 2020. Embora essa área seja equivalente ao estado do Acre ou quase 4 vezes o estado do Rio de Janeiro, desde 1991, quando chegou a 19,7 milhões de hectares, houve uma redução de 15,7% da superfície de água no país. A perda de 3,1 milhões de hectares em 30 anos equivale a uma vez e meia a superfície de água de toda Região Nordeste em 2020.

Áreas de maior preservação de solo e água são indígenas

De acordo com o levantamento feito por pesquisadores do Projeto MapBiomas Brasil, que reúne ONGs, universidades e empresas de tecnologia – apenas 1,6% da perda de florestas e vegetação nativa no Brasil entre 1985 e 2020 ocorreu em terras indígenas. Os dados são gerados a partir da análise de imagens de satélite do período usando recursos de inteligência artificial. A conclusão dos analistas é de que os territórios indígenas já demarcados ou aguardando demarcação foram os que mais preservaram suas características originais.

Os dados foram divulgados no dia 27 de agosto, um dia depois que o Supremo Tribunal Federal (STF) adiou mais uma vez o julgamento da tese do Marco Temporal, que segue em análise (até o fechamento desta edição). A decisão da Corte afetará o futuro de 303 demarcações de terras indígenas (TIs) no Brasil. Os ministros analisam processo que determina se cabe ou não aplicar sobre as demarcações novas ou em andamento a regra do "marco temporal", uma espécie de linha de corte.

Pelo entendimento do marco temporal, defendido por alas ligadas ao agronegócio, uma terra indígena só poderia ser demarcada se for comprovado que os índios estavam sobre a terra requerida na data da promulgação da Constituição, em 5 de outubro de 1988. Quem estivesse fora da área na data ou chegasse depois não teria direito a pedir demarcação. O presidente Jair Bolsonaro também já se manifestou contra criar novas unidades do tipo. Além da oposição de grupos ambientalistas, cerca de 6 mil indígenas fizeram vigília na Esplanada dos Ministérios

até o julgamento marcado para o dia 1º de setembro (data de fechamento desta edição).

O coordenador do MapBiomas, Tasso Azevedo, alerta que se o país quiser ter chuva suficiente para abastecer os reservatórios que provêm energia e água potável para consumidores, indústria e o agronegócio, será preciso preservar mais a Floresta Amazônica. As imagens de satélite comprovam o que ele afirma: "Quem melhor faz isso são os indígenas". Enquanto isso, a área de agropecuária cresceu em cinco dos seis biomas brasileiros.



Foto: Mapbiomas Brasil / Divulgação



SANTIAGO

Em defesa da ciência



Fotos: Marcelo Menna Barreto

por Marcelo Menna Barreto

O filósofo e cientista político Renato Janine Ribeiro tomou posse no último dia 23 de julho como presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC). Professor titular de Ética e Filosofia Política na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (USP), Ribeiro é considerado um intelectual de grande quilate. Além do prêmio Jabuti de Literatura em 2001 com a obra *A Sociedade Contra o Social* (Editora Companhia das Letras), em 1998, ainda durante o governo Fernando Henrique, recebeu a Ordem Nacional do Mérito Científico. Janine é ex-diretor de Avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Sua escolha para ministro da Educação de Dilma Rousseff em 2015 foi festejada, mas durou pouco. Imersa na crise política, Dilma o substituiu cinco meses depois em busca de apoio para tentar se manter no poder. Após essa experiência, assumir a SBPC em talvez um dos piores momentos para a ciência no país mostra que o intelectual não foge da raia quando acionado. Sobre este segundo rabo de foguete, Ribeiro diz com modéstia sobre os que apostam no seu mandato: "Talvez, pensaram: ele já esteve em um. Quem sabe num segundo tenha mais sorte. Quem sabe? Tomara!"

Extra Classe – A SBPC foi um importante espaço de discussão política no período final da ditadura e início da redemocratização. Como o senhor vê a entidade agora?

Renato Janine Ribeiro – A vejo com uma missão muito difícil, que é a de enfrentar uma situação que é bastante negativa para a ciência, para a educação, para a cultura, para a saúde, para o meio ambiente. Enfim, para toda uma série de pautas para nós, uma sociedade para o progresso da ciência. Todas essas pautas estão ameaçadas. Então, nós temos, em primeiro lugar, que lutar para defender a pesquisa científica, a educação, a cultura, tudo isso que eu falei. Em segundo lugar, emplacar no Brasil a ideia de que, sem ciência, sem conhecimento rigoroso, não há desenvolvimento econômico e, sem desenvolvimento econômico, não há possibilidade de desenvolvimento de programas sociais. É isso, então, que é preciso. Eu diria que a nossa prioridade é uma prioridade dupla.

EC – O senhor aceitou ser ministro da Educação do Brasil no início de uma era conturbada, que culminou com o golpe que derrubou a presidente Dilma Rousseff. Agora, foi eleito presidente da SBPC em um dos piores momentos da ciência e da educação no país. Seus amigos gostam mesmo do senhor? (risos)

Ribeiro – Acho que o destino me colocou em umas armadilhas (risos). Melhor, em umas dificuldades. Eu fui o primeiro titular da pasta da Educação em 12 anos, de todos os governos petistas, que teve que enfrentar uma situação econômica muito difícil. Antes de mim, houve uma sucessão de ministros que tiveram dinheiro, que puderam fazer um monte de coisas. No meu caso, não podia. Isso realmente foi muito difícil e ainda numa fase em que os beneficiados pelas políticas pró-educação dos governos do PT não tiveram a percepção do que estava em jogo. Tinha professores universitários do setor público que tiveram aumento real de salário com a presidente Dilma e fizeram uma greve de quatro meses durante o tempo em que eu fui ministro. Foi muito difícil. As pessoas não tinham per-

cebido ainda qual era a situação em que a gente estava. Acho que hoje talvez essas pessoas tenham mais noção de onde nós fomos parar, justamente porque não houve uma defesa de um governo que era mais favorável à educação do que os governos seguintes.

EC – Na dor?

Ribeiro – O governo Dilma era muito mais favorável à educação do que o governo Temer, do que o governo Bolsonaro. E, no entanto, uma parte dos beneficiados pelas políticas dos governos Lula e Dilma não percebeu o que estava fazendo ao enfraquecer o governo federal. Não percebeu e deu nisto. Deu nessa situação em que a gente está hoje. Não foi a única causa. Não estou dizendo que eles foram culpados pelo golpe. Mas acabaram enfraquecendo o governo e não defenderam o governo durante o processo que deu no golpe.

EC – Mas eu estava falando que parece que gostam de lhe colocar em rabos de foguete.

Ribeiro – Talvez, pensaram, 'ele já esteve em um. Quem sabe num segundo tenha mais sorte'. Quem sabe. Tomara.

EC – Brincadeiras à parte, o senhor falou dos desafios da SBPC agora. No meio disso, o negacionismo, certamente, além da falta de verbas, está presente. O que me diz?

Ribeiro – O negacionismo que estamos enfrentando mostra a importância de uma educação científica. O Brasil precisa melhorar nisso para que as pessoas tenham não só o conhecimento do conteúdo da ciência, mas o que eu chamaria de espírito científico. O espírito científico é o de você não acreditar em qualquer coisa; você questionar, buscar ver quais são as fontes, aprender a raciocinar, usar a lógica, usar os testes empíricos para ver se as coisas que são ditas são verdadeiras ou não. Porque o negacionismo – basicamente aquele de fake news – são palavras que apenas enfeitam alguma coisa que, na realidade, é uma mentira, não é? Fake news é um eufemismo para mentira; negacionismo é um eufemismo para

Foto: Stuckert Filho/PR



“O espírito científico é o de você não acreditar em qualquer coisa; você questionar, buscar ver quais são as fontes, aprender a raciocinar, usar a lógica, usar os testes empíricos para ver se as coisas que são ditas são verdadeiras ou não”

um sistema de mentiras. Então, eu acho que se a gente conseguir fazer a sociedade brasileira ser mais crítica a isto, ter mais formação em um espírito rigoroso de pensamento, um espírito científico, a gente avança muito. E esse é um desafio que a SBPC tem que assumir junto com o sistema educacional todo do Brasil que está sendo ameaçado presentemente.

EC – O senhor elencou também nas prioridades da SBPC a crise de financiamento da ciência no Brasil. Como fazer isso em um país onde, recentemente, a Câmara dos Deputados estava aprovando um fundo eleitoral que era mais do que o dobro do que o governo federal colocou no orçamento para o Ministério da Ciência e Tecnologia?

Ribeiro – Nós temos que lutar em defesa da ciência. Nós temos que mostrar o que ela faz de bom para as pessoas. Muitas pessoas não têm noção. Muitas pessoas usam, por exemplo, um Waze, um GPS, sem saber que as vantagens disso vêm de pesquisas científicas. Nós temos que mostrar isso melhor para a sociedade. E, mostrando melhor, fazer com que a sociedade assuma a defesa da ciência, da educação, do conhecimento rigoroso como uma pauta dela. Em uma sociedade democrática, você tem que convencer os não cientistas de que a ciência é importante. Convencer de que não se trata de uma

pauta por corporativismo – cientista defendendo a ciência, educador defendendo a educação. Trata-se de uma das maiores defesas que se pode fazer pela sociedade, junto com as defesas da saúde, do meio ambiente. Quando você reúne esses tópicos e a cultura, eu diria, então, ciência, educação, cultura, saúde e meio ambiente, você tem uma possibilidade de crescimento da sociedade muito grande. Nós temos que fazer com que as pessoas compreendam isso. Temos que melhorar a educação científica nas escolas e melhorar a divulgação científica na mídia. Basicamente, é isso.

EC – De fato, a que o senhor atribui a pouca verba para ciência no país?

Ribeiro – Ao fato de termos um governo que não valoriza a ciência e a tecnologia. Um governo que é, como foi dito antes, negacionista. Um governo que, diante de uma crise sanitária terrível (covid-19), em vez de lutar pela saúde do povo, propagandeou tratamentos que não dão certo. Aliás, mais do que não valorizar a ciência, a razão por que o governo cortou o dinheiro da ciência e tecnologia é porque ele não tem mesmo a noção de como governar. É um governo que não sabe como governar um país para sua prosperidade.

EC – Como o senhor viu o recente apagão no Conselho Nacional

ENTREVISTA

de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ), que deixou fora do ar a plataforma Lattes por um longo período? Teve gente, inclusive, que chegou a temer a perda de todos os dados.

Ribeiro – Segundo o governo, segundo o CNPQ, nenhum dado foi perdido. Agora, veja, a plataforma Lattes voltou, mas a plataforma Carlos Chagas não voltou. E a Carlos Chagas é a que permite você pedir bolsas, usar recursos; se você já tem um auxílio concedido, é ela que permite que você saiba quanto de dinheiro ainda está na sua conta. Isso tudo está fora do ar ainda. É sinal do quê? É sinal de falta de prioridade. Sainos jornais que a plataforma Lattes estava sem contrato de manutenção há um certo tempo. Como você quer que um sistema robusto de informações funcione se você não dá manutenção para ele? Não tem jeito.

EC – Tem a questão do Tupã também, não?

Ribeiro – É a mesma coisa do supercomputador Tupã, que fica em Cachoeira Paulista e é essencial para a previsão do tempo, que ajuda o agronegócio, o turismo. O governo não está querendo pagar a conta de energia dele. Ele corre o risco de parar. Aí você perde na previsão do tempo. Eu comparo isso a dar a manutenção em um carro. Você compra um carro bom, um Mercedes-Benz, e não vai pôr óleo? Você vai deixar de fazer isso? Vai deixar fundir o motor e perder o seu veículo bom? É um absurdo, não é? É um pouco isso que está acontecendo. Não está se dando manutenção àquilo que mais pode trazer prosperidade ao Brasil, que é o conhecimento cien-

Foto: Marcelo Menna Barreto



“Em uma sociedade democrática, você tem que convencer os não cientistas de que a ciência é importante. Convencer de que não se trata de uma pauta por corporativismo – cientista defendendo a ciência, educador defendendo a educação. Trata-se de uma das maiores defesas que se pode fazer pela sociedade, junto com as defesas da saúde, do meio ambiente”

tífico e a educação.

EC – Bolsonaro disse que iria inverter prioridades na educação, dar prioridade ao ensino básico e, concretamente, nada fez. Obviamente, sabemos que o ensino básico é uma atribuição dos municípios, mas durante os governos do PT havia também uma crítica de que as gestões daquele partido priorizavam o ensino superior na formulação de políticas. Qual é a sua opinião?

Ribeiro – São várias questões.

Primeira, na realidade, Bolsonaro não falava de educação. Uma vez, falou no segundo turno quando disse que queria recuar o Brasil 50 anos em matéria de segurança e de costumes. Ele culpava pela liberação dos costumes o Paulo Freire. Chegando ao governo, eles disseram o óbvio porque não tinham um programa de educação. Falaram o óbvio de que você tem que melhorar a educação básica. Com isso, todos estamos de acordo. Eu estou de acordo. Só que

eles não fizeram nada nessa direção. Não tomaram nenhum cuidado quando começou a pandemia para garantir que os alunos das escolas públicas tivessem acesso à internet, por exemplo. Ele (Bolsonaro) até vetou o projeto de lei do deputado Idilvan Alencar (*Nota da Redação: PDT-CE*) que mandava usar os recursos do fundo de universalização dos serviços de telecomunicações para garantir banda larga e tablets para crianças pobres. Até isso ele vetou.

EC – E a questão das administrações petistas?

Ribeiro – O Ministério da Educação, como você falou, tradicionalmente lida com o ensino superior, com as universidades federais. Mas desde os anos 1990, desde os governos Fernando Henrique, se não no governo Itamar Franco, se tem noção de que se a alfabetização ficar só nas mãos dos municípios, vai ser difícil 5.570 municípios tomar conta disso. Então, você tem que colocar também o governo federal e os estaduais ajudando. E houve muita coisa nessa direção. Tanto que na greve das federais que houve contra o governo Dilma, quando eu era ministro, uma das reivindicações das universidades federais, dos professores e servidores das universidades federais, era aumentar o seu orçamento tirando da educação básica. Então, ao contrário dessa crítica, os governos do PT colocaram dinheiro na educação básica, colocaram muito conhecimento na educação básica; teve políticas voltadas, mas teve oposição a isso.

EC – O atual ministro da Educação declarou recentemente

Pode ser filho, esposa, irmão, mãe, sogra, vô...

O Hotel Casa do Professor é a melhor opção em Porto Alegre para professores associados do Sinpro/RS e seus familiares.



Mais informações:
www.casadoprofessor.sinprors.org.br
Reservas: (51) 4009.2988

SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

CASA do PROFESSOR
Hotel

que o ensino superior deve ser para poucos. Para ele, “tem muito engenheiro ou advogado dirigindo Uber porque não consegue a colocação devida”. O que dizer?

Ribeiro – Olha, se tem engenheiro guiando Uber é porque a economia está ruim. O problema não é estar formando engenheiro demais. O problema é que o Brasil não está conseguindo utilizar uma mão de obra qualificada para melhorar a sua produtividade porque a economia está em um caminho errado. Nenhum país se desenvolve hoje economicamente, nenhum país aumenta o PIB, sem uma boa formação de engenheiros, para usar o exemplo que o ministro citou. Isso o Brasil procurou fazer nos últimos anos, antes do golpe. O ministro está invertendo totalmente as coisas. Ele está pensando que temos que reduzir a formação de engenheiros, temos que reduzir a formação de obra qualificada. Por que isso? Porque é um governo de pouca ambição. Se este governo tivesse a ambição de desenvolver o Brasil, ele iria querer mais e mais engenheiros, porque toda a vez que o Brasil começa a desenvolver-se, quando começa a aumentar o PIB, um dos primeiros gritos do empresariado é de que estão faltando engenheiros. Então, o ministro está errado nisso.

EC – Ele andou questionando também as políticas de cotas.

Ribeiro – Quanto à questão das cotas, os alunos filhos de pais mais ricos têm metade das vagas

para eles. Mas como os governos do PT subiram as vagas no ensino superior de 100 mil para 230 mil – quer dizer, havia 100 mil vagas para não cotistas, quando não havia cotas em 2002, e passou a haver 115 mil vagas para não cotistas, então, ninguém foi prejudicado. Quanto à tese de que os alunos mais ricos são aqueles cujos pais pagam mais impostos, isso não é verdade. Do ponto de vista do percentual da renda da pessoa, não do valor bruto do que se paga, o pobre paga mais imposto do que o rico. O rico consegue poupar, consegue economizar. O pobre não consegue, e se você pega no fim do mês quanto do salário do pobre foi em imposto, se vê que é ICMS, impostos indiretos, não sobre a renda. Imposto sobre a renda no Brasil não é o mais importante. Em países desenvolvidos, o imposto sobre a renda é muito mais importante do que aqui. Um país desenvolvido se caracteriza por tributar fortemente a renda e o patrimônio, que no Brasil escapam. Um dos nossos principais impostos, o grande imposto estadual, é o imposto sobre o consumo, que é um imposto injusto socialmente. O ministro realmente está equivocado aí também.

EC – Aliás, o ministro estava inspirado. Na mesma ocasião, disse que escolas técnicas seriam as “vedetes do futuro” e que universidades não são “tão úteis à sociedade”. O que me diz?

Ribeiro – O Brasil tem 20%, na faixa dos 18 aos 24 anos, no en-



Foto: Marcelo Menna Barreto

“Olha, se tem engenheiro guiando Uber é porque a economia está ruim. O problema não é estar formando engenheiro demais. O problema é que o Brasil não está conseguindo utilizar uma mão de obra qualificada para melhorar a sua produtividade porque a economia está em um caminho errado”

sino superior. Argentina e Chile têm perto cada um de 40%. Mais de 30%, com certeza. Os países da OCDE (NR: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico) têm 50%, pelo menos. Então, se o Brasil quer se desenvolver, ele tem que fortalecer o ensino superior. Agora, a educação técnica foi um dos grandes projetos da presidente Dilma. Talvez Dilma Rousseff foi quem mais lutou no Brasil pela educação técnica, inclusive com o Pronatec (NR: Programa Nacional de Acesso ao

Ensino Técnico e Emprego), que foi um programa que depois foi praticamente extinto. Foi extinto, na verdade, no governo Temer. Acabou. Então, ela, que pretendia melhorar a qualificação da mão de obra e, portanto, a remuneração das pessoas, pensou numa boa formação técnica. Nada contra. Agora, dizer que os pobres não devem fazer um ensino superior, mas uma educação técnica é uma bobagem. Porque as duas formações são importantes para fazer um país se desenvolver.



Aposentadoria Planejada

Planejar o futuro com tudo que se tem direito.

**CAINELLI**
ADVOGADOS
Credenciado pelo Sinpro/RS

Consultas previdenciárias sem custos para os professores do Ensino Privado

Agendamentos

**(51) 98060.3579**



por Marcelo Menna Barreto

O próximo 19 de setembro marca o centenário de nascimento de Paulo Freire. Mesmo tendo dado seu último suspiro no dia 2 de maio de 1997, hoje ele está mais vivo do que nunca. Nem mesmo Jair Bolsonaro na presidência da República do Brasil, tendo apontado Freire como um dos principais inimigos da nação, conseguiu parar um verdadeiro tsunami de homenagens àquele que é reconhecido como um dos mais proeminentes educadores do mundo

Um número de palestras, homenagens, encontros, premiações e bate-papos que acontecem desde as mais modestas das cidades às grandes metrópoles internacionais é tanto que, como, de fato, um tsunami, se tornou impossível de controlar.

“Todos os dias eu recebo uma ligação para participar de uma live, para dar um testemunho. Há pouco, foi um pedido que veio da Finlândia”, registra Lilian Contreiras, última secretária de Paulo Freire. “Está difícil até conciliar a minha agenda com tantos convites que me aparecem”, completa ela, que lembra ter começado a trabalhar com Freire muito jovem, após sua graduação em Letras. “Aí eu comecei a me descobrir como gente. Ele valorizava o que as pessoas pensavam”, diz.

“Eu me sinto muito feliz, diria

muito honrada. Paulo merece. Paulo foi um homem absolutamente extraordinário, que viveu a sua vida em função de humanizar as pessoas, lutando contra a miséria, lutando contra o analfabetismo, a favor dos vilipendiados pela elite brasileira.” A declaração de Nita Freire, viúva do educador, sai com emoção.

Apesar do centenário daquele que marcou a sua vida e ainda marca também a de gerações de educadores mundo afora ocorrer sem comemorações oficiais, como um lançamento de um selo postal pelos Correios do Brasil, devido à oposição do governo Bolsonaro às ideias freireanas, Nita registra um boom na venda de obras de Paulo Freire e sobre Paulo Freire. Fato confirmado pela Paz e Terra, editora que publica as obras do educador.

Realmente, Bolsonaro aguçou



Paulo Freire, Lilian Contreiras e Nita Freire, em setembro de 1995

a curiosidade a respeito do ilustre pernambucano que se mostrou ao mundo na exitosa experiência de Angicos (RN), em 1963. Na ocasião, 380 trabalhadores foram alfabetizados em 40 horas através do método criado pelo educador.

“Está se vendendo muitos livros de Paulo. Os jovens estão curiosos

para saber o que esse homem que é chamado de todos os nomes feios que vêm à cabeça de uns fez para ter tanto ódio contra”, fala Nita.

A procura, a discussão do trabalho de Freire por jovens é o que deixa Nita mais contente. “É uma coisa impressionante, uma coisa maravilhosa.”

Não adianta bater

Para a também educadora Nita, a “pancadaria” promovida pelo atual presidente do Brasil “para acabar com Paulo” só tem o efeito contrário. “Agora, ele (Bolsonaro) até parou um pouquinho. Se deu conta de que é impossível acabar com Paulo. Não adianta bater em Paulo, não adianta bater.”

O motivo: “Paulo tem um conjunto de ideias que, ao as ler, elas

nos afagam. As ideias de Paulo são ideias que satisfazem aos que são verdadeiramente humanos, aos que sabem amar. Aqueles que não sabem amar são os que fazem propaganda contra Paulo”, declara Nita.

Para ela, quem ama “fica absolutamente encantado” ao ler um livro de Paulo Freire. Na obra, “se descobre coisas da filosofia, da explicação do mundo, que não eram

ditas em lugar nenhum. Paulo explica o mundo em que nós vivemos, as contradições do mundo e isso é uma coisa fantástica”, registra.

Amor, então, é a síntese da professora Nita sobre o trabalho de Paulo Freire. Ela se casou com o educador em 1988, dois anos após a morte de Elza Maria Costa de Oliveira, professora primária, com quem Freire teve cinco filhos.

Lilian Contreiras acompanhou de perto o amor de Freire no seu fazer pedagógico e à Nita que, em 2013, lançou pela Paz e Terra o livro *Nós dois*. Dezesesseis anos após sua morte, Paulo Freire figurava ao lado como autor. “É lindo. A Nita fez o livro com fac-símiles de bilhetes, de cartões que o professor enviava para ela. Eram apaixonados”, lembra a ex-secretária.

Cristão e exilado por ser “comunista”

O escritor Frei Betto era convidado frequentemente por Paulo Freire para partilhar de sua mesa. “Como era muito cristão, ele pedia em uma data, assim, de aniversário, celebração de anos de casamento, para ir lá filar a boia com ele, e, antes ou depois, fazer uma oração agradecendo a Deus pela efeméride. Esse era o Paulo.”

O frade dominicano, com 69 livros publicados no Brasil e no exterior, ainda registra sobre o amigo: “Era uma pessoa muito gentil, muito acolhedora. Um cristão convicto; se orgulhava disso”.

A declaração contrasta com um Paulo Freire que é demonizado por cristãos fundamentalistas, “que fazem pescaria de versículos”, explica Betto.

Sobre Paulo Freire e seu cris-

tianismo, Lilian Contreiras lembra do que chama uma “tríade” que, volta e meia, o destino reunia: o bispo católico Dom Helder Câmara, o confrade de Betto, Frei Carlos Josaphat, e Paulo Freire.

“Todos se conheceram no Recife e, depois, se esbarravam pela vida”, lembra. Frei Josaphat, que dirigia o primeiro jornal fechado pelos militares em 1964, era capelão do Colégio Oswaldo Cruz, de propriedade dos pais de Nita, que chegou a conhecer o então futuro marido lá, como estudante.

Depois, Freire e Josaphat praticamente partilharam o exílio juntos na Suíça. Falecido no ano passado aos 99 anos de idade, o religioso “foi convidado” a sair do Brasil como falou em uma entrevista ao *Extra Classe* em 2017 e foi

lecionar na conceituada Universidade de Friburgo. Dom Helder, em suas viagens ao exterior para denunciar as violações dos direitos humanos pela ditadura, volta e meia os encontrava.

Mais tarde, já no Brasil, Freire colaborou fortemente com Dom Paulo Evaristo Arns, estimulando a ação das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) em São Paulo, diz Claudius Ceccon, um dos fundadores do jornal *O Pasquim*.

Ceccon conheceu e tornou-se amigo de Freire quando, também exilado, trabalhava em Genebra. (Leia artigo exclusivo na página 11).

O educador, que fora expulso do Brasil por ser considerado um perigoso subversivo comunista, após passagem pelo Chile e pela Universidade de Harvard, como professor,

integrou o Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, sediado naquela cidade.

A Ceccon foi atribuído o acolhimento de Paulo Freire e família. Amigos diziam em carta que o educador poderia estranhar muito a Suíça e pediam uma atenção carinhosa. “Que missão fantástica me era confiada!”, exclama.



Claudius Ceccon

Mais do que um método

A obra de Paulo Freire, segundo frei Betto, teve influência da Ação Católica, movimento que incentivava o fortalecimento da fé religiosa com base na Doutrina Social da Igreja. Em especial, no método Ver, Julgar e Agir, originalmente usado na Juventude Operária Católica (JOC), criada pelo sacerdote belga Joseph Cardijn, tempos depois alçado ao título de Cardeal.

"A questão dele (Freire), de, antes da leitura da letra, ter que se ter a leitura do mundo, tem muito

a ver com isso", explica o frade.

O que mais toca Betto na história do amigo é que "se uma pessoa como o Lula, um operário, chegou à presidência do Brasil, foi graças a Paulo Freire", declara.

Para o dominicano, foi Freire quem primeiro fez com que gente simples, do povo, assumisse um protagonismo político. "Até Paulo Freire, era nós, intelectuais pequeno-burgueses, que nos achávamos no direito de conduzir o proletariado, não é? De conduzir

aqueles que são excluídos. Paulo Freire reverteu isso", admite.

Não é à toa que menos de um mês após a experiência de Angicos, em maio de 1963, a cidade registrou a primeira greve em sua história. É de lá que vem o estigma que se busca grudar no educador. Na ocasião, os fazendeiros chamavam o trabalho de Freire de "praga comunista".

Foto: Acervo Pessoal



Frei Betto

Uma teoria da educação

A doutora em educação Liana Borges, criadora e Curadora Nacional da Rede Café com Paulo Freire, diz que é natural que Freire seja reconhecido como aquele que criou um método exitoso de alfabetização de jovens e adultos. "Mas isso, considerando o seu seu legado, criou um equívoco diante da importância do conjunto de sua obra."

Para ela, o educador popular, como Freire gostava de ser chamado, criou, de fato, uma teoria da educação. "A diferença de Paulo Freire e a importância dele para a educação e para saúde, para a assistência social, para a moradia, para o meio ambiente, para a terra, para

tudo o que a gente quiser é exatamente isso. O que tem de diferencial é que, além de uma teoria, ele tem uma metodologia", comenta.

Liana aponta três ideias de Freire que considera fundamentais: a educação não pode ser neutra, a educação é transformadora e a educação tem compromisso com a democracia. Para Freire, nessa lógica, "qualquer ato educativo precisa responder àquelas perguntas: que mundo que eu quero, que pessoas eu quero para construir esse mundo que eu quero e qual é a educação necessária para formar essas pessoas que vão construir esse mundo", registra Liana.

Reafirmando a ideia do mestre, "a educação nunca é neutra. Eu posso até não saber que mundo eu quero, mas, ainda assim, eu estou construindo esse mundo". A educadora diz ser praticamente impossível resumir o pensamento de Freire em três tópicos.

Ressalta, no entanto, que não tem fatalismo para Paulo Freire: "É assim, então não adianta fazer nada, que é mais ou menos o que a gente ouve do senso comum".

"Freire diz não ao conformismo", afirma Liana. "Para ele, a educação tem uma capacidade de transformação, de reflexão que faz com que a gente se compreen-

da no mundo como quem está sendo no mundo. Ou seja, todo o dia eu tenho capacidade de me reinventar e de reinventar o mundo." "Tudo isso tem a ver com a esperança", conclui. Ela se prepara para lançar o livro *Diálogos com Paulo Freire para mudar o mundo – 100 anos de um educador*, em parceria com o jornalista Cristiano Goldschmidt.

Link da entrevista do Frei Josaphat para o *Extra Classe* para o on-line www.extraclasse.org.br/geral/2017/09/as-pessoas-conservadoras-sobre-o-papa-francisco/

AGORA VOCÊ TEM UM ESPAÇO SÓ SEU NO SITE DO SINPRO/RS

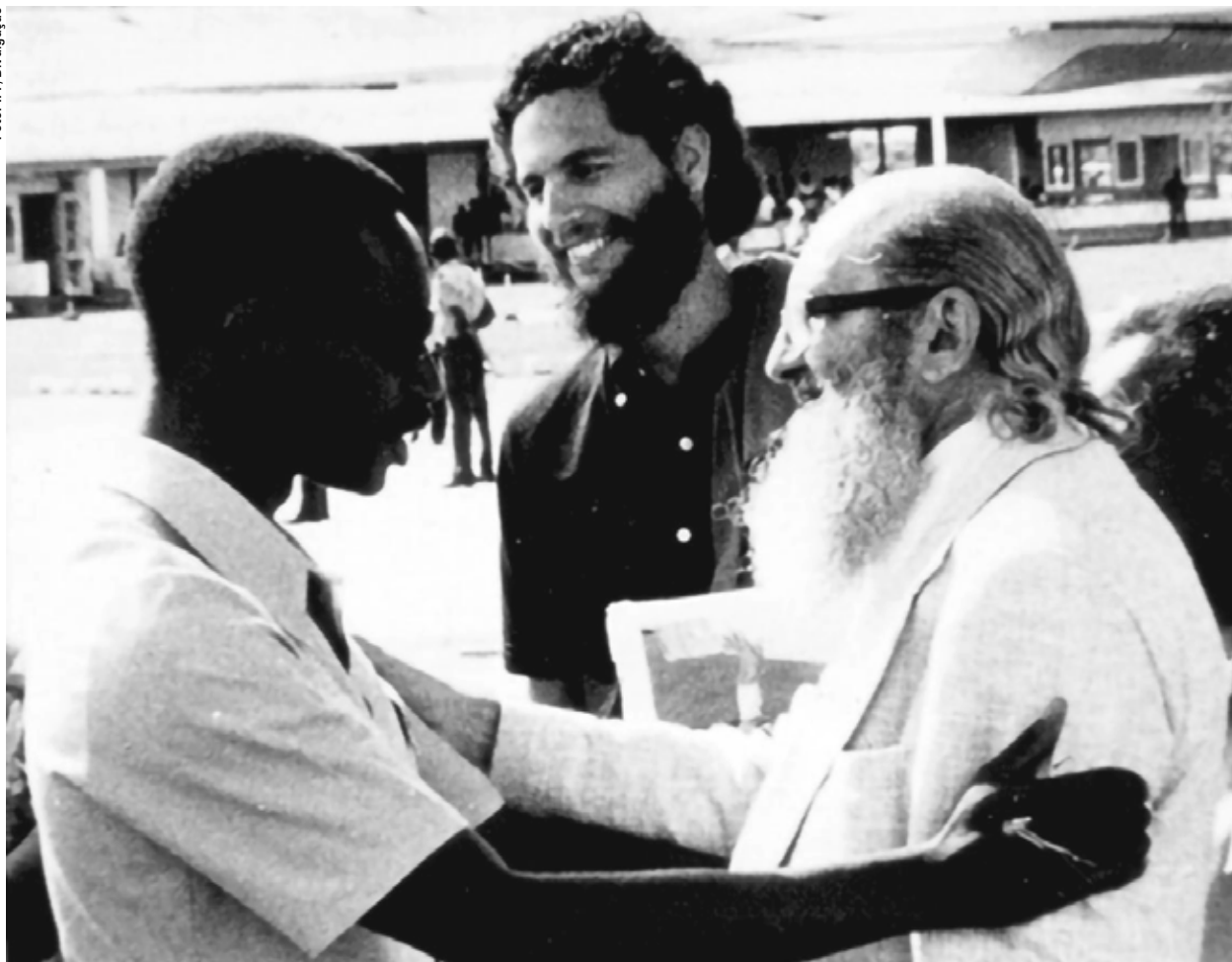
Com seu login e senha, você entra em um espaço virtual restrito com informações e serviços de seu interesse. No Espaço do Professor, você consulta a posição de ações trabalhistas, verifica as comunicações enviadas para você, atualiza boletos e cadastro, tem informações personalizadas sobre seu plano de saúde, além de aproveitar ferramentas como banco de currículos, Calcule seu Salário e muito mais.

SINPRO/RS
ESPAÇO DO PROFESSOR

Freire, Capanema e o exílio

Ouvi falar do método Paulo Freire quando cursava a Escola Superior de Desenho Industrial (ESDI), no início dos anos 1960. Nosso professor de Português nos descreveu a sequência das imagens, cuja sequência lógica me impressionou muito, tanto que, mesmo sem ter visto as imagens, aquilo ficou gravado na minha memória. Só mais tarde pude comparar o que eu havia imaginado com o que o artista Brennand criou, baseado na realidade nordestina

Foto: IPF/Divulgação



Durante a chegada em Guiné-Bissau, onde Freire desenvolveu projeto de alfabetização de adultos, na década de 1970

Quando a experiência de Angicos ficou conhecida nacionalmente, o Ministério da Educação decidiu que ela deveria ser estendida a todo o país. O Palácio da Cultura – ou Palácio Gustavo Capanema, tombado em 1948 pelo Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico (Iphan) – é o mesmo edifício que agora essa turma sem-noção, estúpida, ignorante que infelicitava nosso país, quer vender num feirão de imóveis – foi o local onde a Campanha Nacional de Alfabetização foi instaurada.

Esse mesmo professor, Zuenir Ventura, fazia parte da equipe de coordenação da Campanha Nacional de Alfabetização e me convidou para criar as novas imagens que seriam usadas na Região Sudeste. Era uma responsabilidade enorme e eu me preparava para honrá-la com o que melhor soubesse fazer. Mas antes que eu começasse, aconteceu o golpe de 1964. Seu primeiro Ato Institucional foi extinguir a Campanha de Alfabetização. Camponeses, po-

vão, aprendendo a ler e escrever e ter consciência crítica? Isso era, para o General Castello Branco, pura subversão!

Com isso, não fiquei conhecendo Paulo Freire pessoalmente. O que aconteceu com ele é sabido: prisão, exílio, levando seu saber, sua experiência ao Chile, então com o governo cristão democrata. Pouco antes da eleição de Allende, Paulo Freire foi convidado a lecionar em Harvard, nos Estados Unidos. Seus livros começaram a ser conhecidos, e *A Pedagogia do Oprimido*, editado em inglês, lançava Paulo Freire ao mundo.

Em 1970, eu estava morando e trabalhando em Genebra, Suíça, havia poucos meses. Amigos comuns me escreveram, dando a notícia de que Paulo Freire havia sido convidado a fazer parte da equipe do Departamento de Educação do Conselho Mundial de Igrejas, sediado naquela cidade. Meus amigos me pediam que recebesse Paulo com o máximo carinho pois, diziam nas cartas, ele ia estranhar muito a Suíça, seu clima e o jeito de

ser daquele povo. Preconceitos à parte, que missão fantástica me era confiada!

Paulo chegou, com Elza, filhos e filhas. Era muito fácil gostar daquela turma. A partir dali, ficamos amigos.

Muita coisa aconteceu nos anos seguintes. A criação do Instituto de Ação Cultural (IDAC), onde Paulo tinha uma equipe com quem discutir e refletir sobre suas experiências ao redor do mundo; a ação do IDAC em terras europeias; a experiência na Guiné Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. E, na volta ao Brasil, o trabalho de assessoria a Dom Paulo Evaristo Arns, de estímulo à ação das Comunidades de Base nas Assembleias Arquidiocesanas. Mais tarde, a criação do Centro de Criação de Imagem Popular (CECIP). O CECIP promoveu a última fala pública de Paulo, na Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), num anfiteatro lotado de estudantes, no Seminário de Comunicação e Educação, que realizamos em 1996.

O resto é história. E saudades.

PALÁCIO CAPANEMA – Projetado para sediar o antigo Ministério de Educação e Saúde, o prédio, inaugurado pelo presidente Getúlio Vargas, representa o marco da arquitetura moderna em nosso país. Ocupa 16 pavimentos, e seus jardins, projetados por Burle Marx, têm 27.536 metros quadrados. Atuaram no projeto de elaboração do Palácio Capanema arquitetos consagrados, tais como: Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Jorge Machado Moreira, Carlos Leão e Ernany de Vasconcelos, com base em estudos feitos por Le Corbusier, que aqui esteve em 1937 especialmente como consultor.

O edifício foi construído de 1937 a 1943, tendo sido a estrutura projetada pelo engenheiro Emílio Baungart. O prédio possui outras obras de arte representativas do modernismo do país e podem ser apreciadas nos painéis de azulejos, quadros e murais de Portinari, nas esculturas de Bruno Giorgi, Vera Janacopulus e Celso Antônio.



Ex-morador de rua cria escola de redução de danos

por Adriana Lampert

Unindo o conhecimento adquirido na universidade com a experiência de ter vivido nas ruas durante 15 anos, o estudante de Políticas Públicas Anderson Rosa Ferreira, 44 anos, fundou a Escola Virtual de Cuidado em Redução de Danos. Entre os objetivos da iniciativa, o principal é inverter o olhar assistencialista de quem trabalha com políticas públicas voltadas à população de rua

“No Brasil, a legislação para o atendimento (deste público) é muito fragmentada, dividida em projetos de governo – e isso é igual a uma porta giratória de banco: tu entra, é maltratado lá dentro, e sai”, compara o estudante. Anderson destaca que é preciso escutar as necessidades e os desejos das pessoas que moram nas ruas, para melhor aplicar o orçamento em projetos voltados ao atendimento deste segmento.

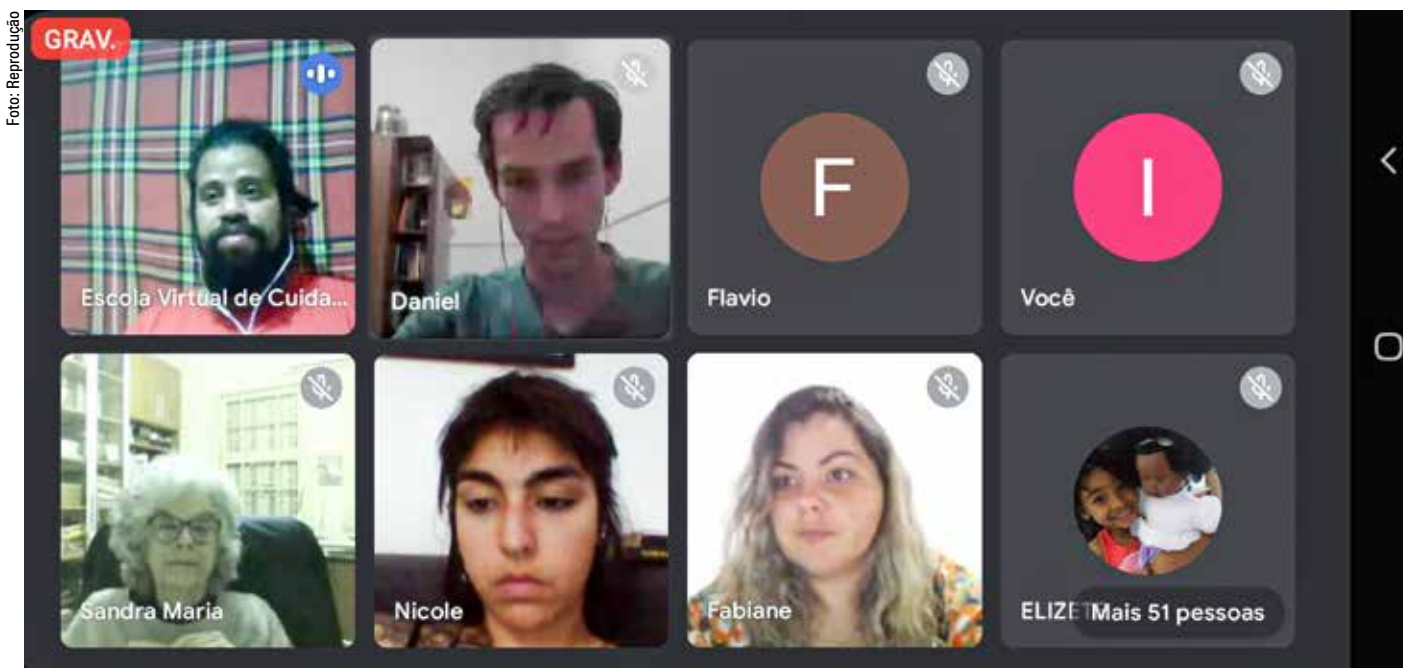
“Entrei na Faculdade de Políticas Públicas da Ufrgs em 2016 e espero me formar em 2023, mas, além do conhecimento da academia, é preciso valorizar o saber das ruas”, destaca o estudante. “Chamamos esta ciência de rualogia”, pontua, lembrando que a população de rua em Porto Alegre já é estimada em seis mil pessoas. “Com o aumento do desemprego, agravado pela pandemia, muita gente está indo para as ruas, e a nossa escola deve ajudar quem trabalha com saúde, cuidado, e políticas públicas para este segmento a entender melhor a vivência de quem passa por essa situação.”

Integrante do Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RS (de onde cita os dados estimados do número de indivíduos em situação de rua na Capital), atualmente, Anderson mora em uma pensão no Centro da cidade – moradia que custeia com a venda de exemplares do jornal Boca de Rua, no qual também é colaborador.

Caminhos mais eficazes do que a mera abstinência

Egresso do sistema prisional – para onde foi levado por posse de drogas no tempo em que permaneceu nas ruas –, ele opina que há caminhos mais eficazes do que buscar a abstinência dos usuários. “As pessoas acham que é só isso que importa, só que não. Convidei seis profissionais do serviço público e privado que trabalham com o cuidado de forma alternativa, e que têm pesquisas acadêmicas sobre este e outros temas para integrarem o corpo docente da escola e apontarem novos rumos.”

Integram a iniciativa pessoas da própria rede (informal) de apoio que Anderson recebeu para mudar a sua condição de vida. Uma delas é a educadora social Veridiana Farias Machado, que atua em um dos abrigos que ele passou no tempo de maior vul-



As aulas virtuais têm como proposta contribuir com a disseminação da cultura de redução de danos no cotidiano da sociedade e nas políticas públicas

nerabilidade, há dez anos. Além de lutarem juntos pela causa das ruas, ela também incentivou Anderson a se preparar para o vestibular, em 2015.

Veridiana explica que as aulas virtuais têm como proposta contribuir com a disseminação da cultura de redução de danos no cotidiano da sociedade e nas

políticas públicas, por meio da abordagem dos temas e da produção de materiais educativos, reunindo palestrantes de diversas áreas.

Cuidado, vínculo e escuta

Um tema polêmico, que é o do uso de álcool e outras drogas, por exemplo, irá focar na necessidade do cuidado, do vínculo e da escuta, a partir do desejo do usuário, como pontos de partida para a abstinência, de modo que a mesma possa ocorrer gradualmente. “Vai ao encontro do conceito da Reforma Psiquiátrica, que trabalha com a questão de não prender a pessoa em locais de reabilitação, mas incentivar que ela lide com estas coisas a partir do seu tempo e dos seus limites”, explica a educadora

social, que também é estudante de Psicologia pela Unisinos.

“O Anderson tem um potencial enorme para falar sobre isso e sobre a luta de quem está nas ruas, e essa escola deve somar muito, principalmente na melhoria do atendimento de pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas nas ruas”, considera Veridiana.

“A sociedade tem um preconceito com o morador de rua, mas é preciso entender que este indivíduo não está bem psicologicamente e que ele precisa de cuidado”,

pontua Anderson. Ele pondera que as equipes que trabalham com o atendimento da população de rua se esforçam, mas critica que “falta retaguarda”. “Será que só o que o Estado consegue fazer é oferecer uma carteira de identidade, uma pasta e uma escova de dentes para quem está nas ruas?”, questiona. “Inclusive, faltam vagas nos albergues da Capital”, destaca.

Ele avalia que “as ruas são violentas, mas a maior violência que uma pessoa que mora nas ruas sofre é a violência do Estado”. “Não é

nem pela atuação dos agentes de segurança pública, mas pela falta de direitos básicos (à saúde, à educação, à moradia, e ao trabalho).” O estudante conta que viveu nas ruas de 2000 a 2015 e que sua escolha ocorreu por falta de oportunidades, desvinculação com a família, “um pouco de orgulho na hora de pedir ajuda”, falta de organização financeira, além do fato de ser muito jovem. “É sempre multifatorial, as pessoas pensam que é só por causa das drogas, mas isso é só a cereja do bolo”, revela.

Irmãos das ruas dividem o que têm

Entre os aprendizados que teve neste período, Anderson afirma que “nem sempre alguém que tem casa e um prato de comida vai oferecer para quem precisa, mas qualquer morador de rua divide o que tiver para comer, se um irmão das ruas precisar”. Ele observa que um dos pontos-chave das discussões que devem ocorrer na escola trata do sistema de vida da população de rua, mas também passa pelo olhar equivocado de determinadas instituições, repleto de preconceitos e arbitrariedade.

“Vou falar da minha pesquisa

de mestrado que tratou da maternidade de mulheres em situação de rua, e da violação do direito delas, que, muitas vezes, passam pela tentativa de retirada dos seus filhos já nos hospitais”, resume a doutora em Antropologia Social Caroline Silveira Sarmiento, também colaboradora do jornal Boca de Rua. “Quando uma mulher com trajetória de rua engravida, normalmente perde o direito de cuidar do seu bebê, o que ocorre em descumprimento do que diz o Estatuto da Criança e do Adolescente”, comenta a antropóloga. Segundo ela, é preciso pensar em

políticas públicas que garantam moradia popular para estas mães poderem cuidar de seus filhos.

“Tudo que aprendi no Movimento Nacional da População em Situação de Rua do RS, eu estou levando para a escola”, declara Anderson, que também irá ministrar algumas aulas. “Meu desejo é implementar a semente do cuidado nas pessoas, e despertar um novo conceito, que não seja racista nem discriminatório. Espero que seja um marco histórico.”

Apesar de já ter promovido uma aula inaugural, Anderson

destaca que o curso se iniciou no dia 19 de agosto. São 11 encontros quinzenais, ao longo de cinco meses, pela plataforma Google Meet, sempre das 19h30min às 20h30min. A iniciativa conta com o apoio do Fórum Gaúcho de Saúde Mental (FGSM) e da Agência Livre para Informação, Cidadania e Educação (Alicé), e será coordenada pela psicóloga Sandra Fagundes, ex-secretária estadual da Saúde no governo Tarso Genro. O valor do curso é de R\$ 70,00, e as inscrições podem ser feitas pelo telefone (51) 99393-2098.



Foto: Igor Sperotto



Foto: Igor Sperotto

Os ve probl e os r vilões águ gaúco

*A falta de saneamento cont
bacias hidrográficas do estado
dos Agrotóxicos sancionada pel
excesso de antibióticos, anti-im
outros bandidos*

Segundo o IBGE, três rios gaúchos que desaguam no Guaíba (fotos) estão entre os dez mais poluídos do país: Sinos e Gravataí, respectivamente, o quarto e o quinto, e o Caí, o oitavo

O Rio Grande do Sul, ao lado do Amazonas, Mato Grosso e Pará, é um dos estados brasileiros mais ricos em água. Mesmo agraciados em volume hídrico, porém, três rios gaúchos estão entre os dez mais poluídos do país. Conforme o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os rios do Sinos e Gravataí são, respectivamente, o quarto e o quinto com maiores índices de poluição. O Caí é o oitavo. Os três deságuam no Guaíba, de onde sai a água tratada pelo Depar-

tamento Municipal de Água e Esgotos (Dmae) para os porto-alegrenses.

Jackson Müller, biólogo e secretário de Meio Ambiente de Canela, observa que, sobre a situação das bacias hidrográficas do estado – o Rio Grande do Sul possui 25 –, há um quadro que, com o tempo, por um lado, melhorou, e, por outro, só vai por água abaixo. O lado positivo, pontua Müller, é que, atualmente, existe um envolvimento maior da sociedade nos comitês de bacias hidrográficas. O negativo é a ausência

elhos emas novos s das uas chas

por Cristiano Bastos

*...nua sendo a grande vilã das
...o. Mas agora, com a nova Lei
...o governador Eduardo Leite e o
...flamatórios, protetores solares,
...entram em cena*

Foto: Jackson Muller



Foto: Igor Sperotto



Lixo cobrindo a superfície do Arroio Sarandi próximo a Porto Alegre (no alto), e resíduos sólidos acumulados na margem do Guaíba, perto da entrada de acesso à Capital

de políticas públicas efetivas referentes à água. “O estado ainda não disse a que veio em relação aos recursos hídricos, sejam os relativos aos cursos d’água superficiais ou os subterrâneos”, critica.

Fora o conflito de quantidade, em muitas regiões hidrográficas, existe um problema de qualidade muito sério de água comprometida com esgoto não tratado – em Canela, até o final do ano, a prefeitura pretende tratar mais de 60% dos esgotos. Neste cenário, aponta Muller, há

também a questão, cada vez mais crescente, dos chamados “contaminantes emergentes” – anti-inflamatórios, antibióticos, protetores solares. E, especialmente, produtos de limpeza (o Brasil é o terceiro maior consumidor do mundo). “Tudo isso, e mais um pouco, vai parar nas águas que depois usamos para beber. É uma coisa muito maluca: jogamos toda essa sujeira num lugar que vai abastecer a sociedade com água potável”, indigna-se.

O que já era ruim ficou ainda pior

A qualidade da água da Bacia do Rio Gravataí, a qual abrange os municípios de Santo Antônio da Patrulha, Taquara, Glorinha, Gravataí, Alvorada, Viamão, Cachoeirinha, Canoas e parte de Porto Alegre, está consideravelmente prejudicada, principalmente nos trechos próximos à foz. A análise consta do relatório elaborado pelo Departamento de Qualidade Ambiental (DQA) da Fundação Estadual de Proteção Ambiental (Fepam). Divulgado em junho, o estudo aferiu as condições da água de sete estações de monitoramento localizadas ao longo do rio em dois períodos: de 2010 a 2013 e de 2015 a 2020.

A avaliação da série histórica de monitoramento evidenciou que não está ocorrendo melhora na qualidade das águas do Gravataí. Na verdade, houve uma piora, afirma Márcio D'Ávila Vargas, químico-chefe da Divisão de Monitoramento Ambiental (Dimam). A elevada densidade populacional da região, explica Márcio,

sem o devido esgotamento sanitário, pode ter contribuído para tal cenário. "Junte-se a isso, ainda, o aumento das lavouras sobre as áreas úmidas da planície de inundação do rio e próximas aos banhados", resume.

A Fepam também divulgou relatórios sobre a qualidade da água superficial do estado, do Rio dos Sinos e das bacias da Lagoa Mirim (na fronteira com o Uruguai) e do canal São Gonçalo (que faz ligação entre a Lagoa Mirim e a laguna dos Patos). A bacia dos Sinos, observa D'Ávila, segue a mesma tendência do Gravataí. "Ou seja, à medida que o rio passa entre as grandes cidades da região metropolitana, sua água fica ruim pelo mesmo problema: falta de saneamento."

As indústrias, como no passado, já não são as grandes vilãs, chama atenção o químico. Segundo Márcio D'Ávila, isso se deve à fiscalização realizada pela Fepam diretamente na estação de trata-

mento das fábricas. Já a condição da água do canal de São Gonçalo, por sua vez, não é tão ruim. "Os poluentes que afetam esse canal (de São Gonçalo) são oriundos, principalmente, das lavouras, cujos fertilizantes utilizados acabam indo para o rio." A respeito do relatório das águas superficiais do Rio Grande do Sul, ele acentua que o estado possui bacias bastante comprometidas. Para essas, defende o químico, o poder público deveria voltar seu olhar com mais "carinho" – em especial às bacias do Gravataí e Sinos. O saneamento básico – apenas 25% dos esgotos gaúchos são saneados – nas cidades, frisa, é importantíssimo fator para a melhora da água.

COMITÊ DO GRAVATAÍ – Sérgio Cardoso, presidente do Comitê da Bacia do Gravataí, diz que o Gravataí, apesar de ser uma das bacias mais bem estudadas do Brasil, continua sofrendo impacto de várias atividades que deveriam ser regularizadas. As gestões mu-

nicipais, ele critica, deixam a desejar na aplicabilidade das legislações vigentes. "Ou damos um basta nessa situação ou nossa crise hídrica, neste ano, será de grande perda financeira para a economia regional e, principalmente, ecológica", alerta Cardoso. A bacia do Gravataí, salienta, é diminuta para uma área que concentra 1,3 milhão de pessoas. "É muita gente num espaço muito pequeno. Isso impacta fortemente o rio." Os grandes problemas do Gravataí, hoje, elenca Cardoso, são dois. Em uma das margens, assinala, está a má qualidade de suas águas, ocasionada pela falta de tratamento de esgoto. E, atravancado na outra, a (pouca) quantidade de água. Outro fator preocupante é que, cada vez mais, os municípios aprovam empreendimentos imobiliários, permitindo, dessa forma, que mais gente venha morar nas regiões servidas pelo Gravataí. Ele indaga: "A água para todas essas pessoas virá de onde?"



A Bacia do Gravataí continua sofrendo impacto de várias atividades que deveriam ser regularizadas



Sérgio Cardoso, presidente do Comitê da Bacia do Gravataí



Lixômetro no Arroio Dilúvio mostra quantas toneladas de lixo sólido foram impedidas pela ecobarreira de chegar ao Guaíba em pouco mais de cinco anos de implantação

Lei dos agrotóxicos irá piorar a situação dos rios

O ambientalista Francisco Milanez, ex-presidente da pioneira Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (Agapan), ONG que, nos anos 1980, lutou pela implementação do primeiro Conselho de Recursos Hídricos do Rio Grande do Sul, atenta para o fato de, hoje, estarmos em um período muito pior do que há 50 anos. Há um equívoco, afirma Milanez, ao se pensar que os esgotos domésticos são os grandes responsáveis pela poluição das águas. O despejo de efluentes – resíduos produzidos tanto pelas indústrias quanto pelo ser humano – procedentes do ambiente doméstico urbano, com o qual muita gente se preocupa, desmistifica, na verdade, é o menos poluente. “Os (efluentes) mais perigosos são o industrial e o agrícola e, neste ponto, o Rio Grande do Sul é o quarto líder”, elucida.

O ambientalista previne que a situação irá piorar notavelmente com a recente Lei nº 15.671, sancionada pelo governo do estado, a qual alterou a Lei Estadual de Agrotóxicos (7.747/1982), liberando o uso no território gaúcho de venenos proibidos nos países nos quais são fabricados. Escrita dentro da Agapan, graças a uma histórica mobilização, a legislação de 1982 foi a primeira contra os

agrotóxicos feita no Brasil. “Com a sanção da nova lei, o governador Eduardo Leite e os representantes do agronegócio alinham-se politicamente ao governo Bolsonaro e sua equipe de ‘devastação ambiental’, que têm o lucro acima da vida”, condena o ambientalista. Uma cartilha cujo tema é o pacote do veneno e a defesa dos interesses do agronegócio brasileiro. “Eis que, num simples canetaço, passaremos a beber água contaminada de agrotóxicos, cujos efeitos na saúde humana ninguém sabe”, denuncia Milanez.

LAGO GUAÍBA – Historicamente, Porto Alegre nunca tratou o Guaíba de acordo com a sua importância. É algo que o naturalista francês Auguste de Saint-Hilaire já havia constatado na viagem que fez pelo Rio Grande do Sul, em 1820. Depois de apontar Porto Alegre como a segunda cidade mais suja que já viu, escreveu em seu diário: “Os habitantes só bebem água da lagoa e, continuamente, vê-se encher os cântaros no mesmo lugar em que os outros acabam de lavar as mais emporcalhadas vasilhas”.

Ao lago, que abastece 1,4 milhão de habitantes, chegam as águas dos poluídos Gravataí e Sinos, mas a principal poluição é procedente



dos esgotos domésticos. Essa foi a conclusão do estudo do engenheiro ambiental Leonardo Capeleto de Andrade, sobre o contexto histórico-cultural da poluição do Guaíba. O trabalho, produzido no Programa de Pós-Graduação em Ciência do Solo da UFRGS, traçou as origens e os diferentes tipos de poluição presentes, assim como a relação entre o lago e a população das cidades beneficiadas por este. “A poluição do Guaíba tem inúmeras fontes, devido à sua grande região hidrográfica. Porém, a poluição mais evidente é a urbana, derivada de indústrias e esgotos”, enfatiza.

Se ampliado o tratamento de

Impacto das lavouras de arroz no Gravataí

esgotos – Porto Alegre conta, atualmente, com 80% de capacidade e 65% de tratamento –, acredita Leonardo, haveria uma melhoria das condições do Guaíba. Todavia, isso exigiria uma cooperação regional, uma vez que a Região Metropolitana é responsável pela alteração das águas do lago. “Trata-se de uma mudança de paradigma, que, sobretudo, custaria muito dinheiro.” As indústrias, esclarece o engenheiro ambiental, também precisariam ser mais adequadamente fiscalizadas, o que exigiria a contratação de mais técnicos na Fepam e de outros órgãos ambientais.



PLANEJE SEUS SONHOS.
contribuições flexíveis para você criar o seu futuro.

SINPRORS
PREVIDÊNCIA

INGRESSE AGORA
(51) 99335. 2387
www.sinprorsprevidencia.com.br

INSTITUIDOR
SINPRO/RS
Sindicato Cidadão

GESTOR DO PLANO
FUNDAÇÃO **FAMÍLIA**
PREVIDÊNCIA



MARCO AURÉLIO WEISSHEIMER

O sentido da luta dos povos indígenas pela terra Brasil

“A articulação nacional dos povos indígenas transformou-se não só em um espaço de resistência e defesa dos direitos dos povos originários, como também de defesa da biodiversidade e de todos os biomas ameaçados pelo desmatamento, pelo avanço do agronegócio e da mineração”

Foto: Adi Spezia/CIMI



Mais de 6 mil indígenas de 176 povos de todas as regiões do país foram participar do acampamento “Luta Pela Vida”, em Brasília

Na última semana de agosto, o Brasil assistiu a uma das maiores mobilizações dos povos indígenas originários de sua história. Ou seria mais preciso afirmar: alguns assistiram, pois a massiva manifestação de comunidades indígenas de diferentes regiões do país em Brasília foi tratada com uma discrição que beirou o silêncio por parte das maiores empresas de comunicação do Brasil.

A mobilização indígena e o modo como ela foi tratada representam um bom resumo do atual estado de coisas no Brasil e ilustram didaticamente a ideia de por que o governo Bolsonaro, com todas as suas atrocidades, não pode ser considerado como um ponto fora da curva, mas sim como a expressão de uma elite branca, racista e antipopular, organizada em torno do agronegócio, da grande indústria (da pouca que ainda resta no país), do sistema financeiro e de seus braços midiáticos.

O debate sobre a tese do marco temporal, que pretende limitar a 1988 o ano de possíveis pretensões de demarcação de territórios pelos povos indígenas, expôs mais uma vez essa realidade. En-

tidades do agronegócio vêm promovendo uma campanha publicitária milionária nestes veículos de comunicação, onde, muitas vezes, fica difícil distinguir o que é reportagem e o que é peça publicitária.

Nem a crescente devastação da Amazônia e de outros biomas brasileiros é suficiente para colocar freios às ambições do agronegócio e de seus braços na indústria e no sistema financeiro de seguir avançando com suas monoculturas de soja, pecuária extensiva e projetos de mineração em terras indígenas. Com Bolsonaro, as sutilezas foram dispensadas e a truculência impera.

A articulação nacional dos povos indígenas transformou-se não só em um espaço de resistência e defesa dos direitos dos povos originários, como também de defesa da biodiversidade e de todos os biomas ameaçados pelo desmatamento, pelo avanço do agronegócio e da mineração.

Mais de 6 mil indígenas de 176 povos de todas as regiões do país foram participar do acampamento “Luta Pela Vida”, em Brasília. Após dois dias de plantão em frente ao Supremo Tribunal Federal (STF), à espera da votação da tese do mar-

co temporal, a decisão acabou sendo adiada para a semana seguinte. No dia 27 de agosto, eles realizaram uma marcha contra a agenda anti-indígena do Congresso Nacional e do governo Bolsonaro.

Além de paralisar as demarcações de terras indígenas e esvaziar os órgãos de fiscalização, favorecendo invasores, o atual governo vem adotando uma série de medidas que atacam os direitos dos povos indígenas. Além disso, no Congresso Nacional, vários projetos buscam restringir ainda mais os direitos territoriais indígenas.

Entre eles, destaca-se o PL 490/2007, já aprovado na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, o qual flexibiliza o usufruto exclusivo das terras indígenas pelos povos originários, garantido pela Constituição, o que, na prática, inviabiliza futuras demarcações de terras indígenas. Entre as restrições às demarcações de terras indígenas que o PL 490 busca impor, está justamente a tese do marco temporal.

Essa tese ameaça, por exemplo, mais de uma centena de terras indígenas nos estados do Nordeste, em Minas Gerais e no Espírito Santo que estão com processos de demar-

cação em curso. As terras do povo Pataxó, na Bahia, localizadas na região onde os portugueses chegaram em 1500, até hoje não foram demarcadas. Essas terras estão situadas na maior área de Mata Atlântica preservada do nordeste brasileiro.

Os povos indígenas já são autores de várias denúncias contra o governo Bolsonaro em instâncias internacionais. No início deste ano, os caciques Raoni Metuktire e Almir Suruí denunciaram, junto ao Tribunal Penal Internacional, na Holanda, o avanço do desmatamento e das queimadas na Amazônia, os ataques às populações indígenas e o desmantelamento das agências ambientais brasileiras.

Em maio deste ano, a Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas denunciou Bolsonaro como responsável pela grave situação de contaminação de comunidades indígenas pela covid-19 e pelo extermínio dos povos indígenas na Região Amazônica.

A mobilização dos povos indígenas tornou-se também uma luta pelo sentido de pertencimento a algo que ainda possa ser chamado de nação.

Repercussão do novo ensino médio nos contratos de trabalho dos professores é tema de seminário

O novo ensino médio e as potenciais repercussões nos contratos de trabalho dos professores serão o tema de um seminário on-line, promovido pelo Sinpro/RS, Sinpro/Noroeste e Sinpro Caxias. O evento irá ocorrer no dia 9 de setembro, com transmissão pelo Canal do Sinpro/RS no YouTube, a partir das 19h, e se destina a todos os docentes que atuam na educação básica.

por Edimar Blazina

A atividade proposta pelos sindicatos de professores do ensino privado do RS tem como objetivos discutir e projetar as mudanças no ensino médio a partir de 2022, tendo como foco as atividades dos professores desta etapa de ensino. Além de dirimir as principais dúvidas dos professores, as entidades pretendem, a partir do Seminário, construir uma pauta de reivindicações para negociação com os sindicatos patronais.

Cecília Farias, diretora do Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS), explica que a entidade acompanha com preocupação a implementação do novo ensino médio e as repercussões na vida dos professores. "O Seminário sobre o tema será um momento de escuta dos docentes para que possamos encaminhar as principais preocupações aos sindicatos patronais", pontua.

PRÊMIO EDUCAÇÃO

Prazo para indicações foi estendido até 12 de setembro

Foi estendido em uma semana o prazo para indicações ao Prêmio Educação RS. Agora, professores e a sociedade em geral terão até 12 de setembro para enviarem ao Sinpro/RS as informações de seus indicados nas categorias Projeto, Instituição e Profissional para a 24ª edição da premiação.

Em 2021, a seleção dos laureados pretende dar destaque às ações desenvolvidas por professores, projetos e instituições de ensino no Rio Grande do Sul durante a pandemia de covid-19. No último ano, em 2020, a premiação inovou ao homenagear pela primeira vez todos os

docentes do ensino privado por seu trabalho em um período tão atípico, como o primeiro ano da pandemia. Ao todo, foram mais de 22 mil certificados de premiação emitidos e entregues aos professores.

INDICAÇÕES – As indicações para as três categorias podem ser feitas pelo site do evento. No espaço, podem ser anexados documentos, fotos e vídeos sobre o trabalho realizado ou detalhamento escrito das ações. Os três pré-selecionados serão divulgados em setembro. Os professores associados ao Sinpro/RS escolherão os vencedores por votação on-line.

Acesse o site <https://premioeducacao.sinpro.org.br/>.

Criado pelo Sindicato em 1998, o Prêmio já agraciou 22 profissionais, 25 projetos e 22 instituições, além de menções honrosas em ocasiões especiais.



Foto: Freepik



Foto: Igor Sperotto



Urcamp descumpre acordos e atrasa parcelas

Na Universidade da Região da Campanha (Urcamp), o mês de setembro se iniciou com o agravamento das pendências salariais. Embora os salários correntes estejam em dia, há descumprimento de acordos e da convenção coletiva, ambos firmados com o Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) referentes a pendências de 2020.

“Essa condição nos preocupa muito, porque esses valores também constituem verbas salariais dos professores. E, diante do histórico de inadimplência da instituição, sempre fica uma certa apreensão quanto ao futuro”, projeta Marcos Fuhr, diretor do Sinpro/RS.

Em 2020, o Sindicato negociou quatro acordos com a Urcamp. Um acordo judicial para o equacionamento para retomada do pagamento de verbas rescisórias a um grupo de 82 professores que foram desligados nos últimos anos, cujas verbas rescisórias tiveram pagamento suspenso com o descumprimento do acordo no começo de 2019. Essa situação resultou em ação judicial, que foi solucionada por novo acordo, o qual destina parte da receita da instituição para o pagamento deste passivo.

Em 2020, foi feito também um novo acordo para pagamento de verbas rescisórias aos novos de-



Foto: Urcamp/Divulgação

mitidos – em torno de 20 docentes – no final do ano.

Um terceiro acordo equacionou o pagamento de pendências, 13º e do terço de férias. Esse previa que, no dia 16 de agosto, fosse integralizada a última parcela do terço de férias de 2020, o que não ocorreu.

Existe ainda um acordo geral com a instituição – equacionando prazos de pagamentos de salários e reposição da inflação –, uma vez que a universidade não teve condições de cumprir a convenção coletiva firmada com o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Instituições Comunitárias de Educação

Superior no Estado do Rio Grande do Sul (Sindiman/RS), em 2020.

“Esses quatro acordos são o saldo do mais extenso processo de negociação realizado com a instituição em todos os tempos”, explica Fuhr. O acordo geral prevê o pagamento de um terço de férias no mês de aniversário dos contratos de trabalho dos professores. “Porém, desde o começo de 2021 a Urcamp continuou não pagando. Neste momento está descumprido o acordo para o pagamento do terço de férias de 2020 e também não está pago um terço de férias da maior parte dos docentes em 2021”, contextualiza.

Além disso, a instituição também não pagou os reajustes previstos na convenção coletiva com o Sindiman – 1% em julho e 1% em agosto. A partir dessas pendências, o Sinpro/RS iniciou um novo ciclo de tratativas no mês de agosto.

Ocorreram reuniões nos dias 20 e 30 de agosto. “Infelizmente, o último encontro foi inconclusivo e foi encerrado diante de um impasse, sem evoluir para a definição de uma proposta que pudesse ser encaminhada para avaliação e deliberação dos professores, o que esperamos possa ocorrer em breve”, explica Fuhr.

CONFERÊNCIA

Sinpro/RS representado no Conape

Foi lançada no dia 27 de agosto a etapa estadual da Conferência Nacional Popular de Educação (Conape). A edição 2021 da Conape/RS – etapa estadual – foi apresentada em audiência pública virtual da Comissão de Educação, Cultura, Desporto, Ciência e Tecnologia da Assembleia Legislativa do Estado e contou com diversos representantes de entidades ligadas à educação.

O Sindicato dos Professores do Ensino Privado (Sinpro/RS) participou da abertura evento. A diretora Margot Andras falou na abertura. “A Conape tem o importante

papel de reforçar que a educação pública de qualidade, com professores valorizados, seja a balizadora deste país”, disse Margot. O evento teve ainda as falas do sociólogo Miguel Arroyo, da deputada federal Maria do Rosário, da presidente do CPERS Sindicato, Elenir Schürer, entre outros.

Em julho, foi criado o Fórum Estadual Popular de Educação (Fepe/RS). O grupo reúne representações de entidades, instituições, movimentos sociais e estudantis, entre outras, conforme prevê orientações para os estados e municípios feitas pelo Fórum Nacional

Popular de Educação (FNPE).

A Conferência Estadual integra as etapas preparatórias para o encontro nacional, que acontecerá entre os dias 10 e 12 de junho de 2022 em Natal, no Rio Grande do Norte. Serão realizadas conferências municipais, regionais, livres, estaduais e distritais em todo o país. Para a etapa estadual, foi criado um canal no YouTube para divulgar a programação das atividades, reunindo vídeos e entrevistas, bem como a cobertura nos diferentes municípios das conferências livres e temáticas, além de servir como espaço de memó-

ria da etapa estadual da Conape 2022 após a sua realização.

CONAPE – Em 2022, o tema da Conape será “Reconstruir o país: a retomada do Estado democrático de direito e a defesa da educação pública e popular, com gestão pública, gratuita, democrática, laica, inclusiva e de qualidade social para todos/as”. A Conferência homenageia, ainda, o educador pernambucano Paulo Freire, em seu centenário (1921-2021), com o lema “Educação pública e popular se constrói com Democracia e Participação Social: nenhum direito a menos e em defesa do legado de Paulo Freire”.

Geopolítica pós-covid é destaque da Revista Textual

O destaque de capa da 29ª edição da *Revista Textual*, publicação anual editada pelo Sinpro/RS que está em circulação desde o início de setembro, é um ensaio sobre os impactos da maior crise sanitária dos últimos séculos sobre a disputa de poder político e econômico global.

“As relações internacionais seguem o padrão de disputas entre potências, agora capazes de, mediante guerras híbridas, envolvendo cultura, moldar os mais fracos a seu bel-prazer. O mundo pós-pandemia não será diferente”, avalia o professor Fernando Roberto de Freitas Almeida, doutor em História Política pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e coordenador da graduação em Relações Internacionais do Instituto de Estudos Estratégicos, da Universidade Federal Fluminense (UFF). No texto, o autor convida a uma reflexão mais ampla sobre a geopolítica. “A questão das crises do século 21 foi agravada com o novo coronavírus, mas sua essência não mudou”, adverte.

Já o pesquisador de pós-doutorado do Centro de Estudos da

América Latina e Caribe (Cerlac) da Universidade de York (Canadá) e doutor em História Econômica da América Latina pela Universidade de Georgetown (EUA), Bruno Biasetto, assina o ensaio *O pacificador: o governo Biden e os desafios dos Estados Unidos*. Autor do livro *A Era de Trump: a encruzilhada da direita americana* (Edipuc, 2020), Biasetto apresenta uma análise sobre a política interna do governo do democrata Joe Biden. Eleito em 2020 sob o legado político de Trump, o atual presidente norte-americano herdou o agravamento dos problemas econômicos e questões raciais e migratórias.

EDUCAÇÃO – Além de publicar dois ensaios com temas livres por edição, a revista dedica amplo espaço para o debate sobre a realidade educacional por meio de artigos de autoria de professores e especialistas em duas editorias.

Nesta edição, são três artigos na editoria *Dinâmica do mundo educacional*. Com o artigo *Universidades comunitárias: há um diferencial em tempos de crise?*, o

professor João Pedro Schmidt, da Universidade de Santa Cruz do Sul (Unisc), lança um olhar sobre a realidade desse segmento de instituições de educação superior privada. As universidades e os centros universitários comunitários regionais enfrentam uma crise sem precedentes, decorrente das políticas educacionais, do acirramento da competição na educação superior e da pandemia da covid-19 e precisam resgatar a sua identidade comunitária para sobreviver.

O Novo Ensino Médio, o qual será implantado nas escolas públicas e privadas a partir de 2022, é o tema do artigo *A mudança é necessária – a forma pode ser contraditória*, de autoria da professora Roselane Costella, do PPG em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (Ufrgs).

O artigo *Desafios e sentidos da formação docente no contexto educacional contemporâneo*, da professora Margareth Simionato, mestre e Doutora em Educação pela Ufrgs e pós-Doutoranda em



Educação na Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), aborda as causas da desmotivação que ronda as perspectivas da carreira docente.

Um panorama revelador sobre o protagonismo dos professores durante a pandemia, a partir da pesquisa realizada pela FlamingoEDU para o Sinpro/RS, o Sinpro/Caxias e o Sinpro/Noroeste, na editoria *O professor e o mundo da escola*, completa a edição. O artigo é assinado pelos professores e pesquisadores Heitor Strogulski e Günther Gehlen.

A íntegra de todas as edições da revista pode ser acessada em PDF e flip no site do Sinpro/RS. Para receber o exemplar impresso, é necessário manifestar interesse.

APOSENTADORIA

por Daisson Portanova
Advogado da Apaepers

Dois ou mais vínculos de trabalho e a soma dos salários

Há pouco tempo, tratamos do cálculo das aposentadorias com os salários da vida toda, situação em que Apaepers e Sinpro/RS ingressaram com ação judicial para que todos os professores, caso admitida a tese, fossem tutelados pela representação coletiva do Sindicato.

Outro tema relativo ao cálculo das aposentadorias está afetado no Superior Tribunal de Justiça (STJ) e versa sobre a soma dos salários quando houve duas ou mais atividades, ou dois ou mais vínculos, independentemente de ser a mesma atividade econômica.

A matéria está em análise no STJ registrado sob o tema nº 1070. O tema cai como uma luva para muitos trabalhadores do ensino, em especial professores, auxiliares de ensino, entre outros, assim como na área da saúde.

A discussão está centrada na forma de cálculo das aposentadorias, em que o INSS ainda aplica a sistemática passada, dividindo atividades entre principais e secundárias, sendo que as atividades secundárias gerariam uma fração dos salários correspondentes ao tempo de contribuição de cada um dos vínculos, portanto, proporcionais.

Outro aspecto que era interpretado pelo INSS de modo a gerar prejuízos em desfavor dos segurados dizia respeito ao conceito do que era atividade principal, pois o INSS entendia como principal a atividade mais antiga e não a de maior remuneração.

Atentos a essas circunstâncias, Sinpro/RS e Apaepers já ingressaram com ação para ver o direito dos professores tutelado em ação coletiva, agora suspensa, aguardando o posicionamento final da Corte Superior de Justiça. O importante é que há interrupção do prazo pres-

cricional e decadencial em função da ação ajuizada.

Outro aspecto que gera substancial perda na apuração dos valores devidos a título da renda inicial se dá pelo fato de também incidir sobre as atividades fator previdenciário diverso e calculado isoladamente em relação ao tempo de cada uma dessas atividades.

Em rápida exemplificação, se um trabalhador tem uma atividade principal, essa atividade terá o fator previdenciário cheio, ou seja, correspondente a todo o tempo de contribuição da concessão do benefício (idade e tempo), por exemplo, na expressão de 85%; já se a atividade secundária tiver somente 10 anos, o fator será calculado com a fração do fator correspondente aos 10 anos, neste caso, a expressão do fator não deverá ultrapassar o percentual de 15% para apurar a fração dos salários dessa atividade secundária.

Se uma atividade secundária tiver uma média de R\$ 1.500,00, por exemplo, ao contrário de seu valor receber o percentual cheio de 85% (R\$ 1.275,00), sobre ele incidirão os 15% (R\$ 225,00).

Claramente, há uma brutal redução na proporção dos valores devidos da aposentadoria, seja no caso dos professores, seja no caso de qualquer categoria que se permita o exercício de atividades concomitantes.

Como os professores, não raro, exercem duas ou mais atividades, a proporcionalidade indicada reduz a renda final do benefício; entretanto, se somados os valores dos salários, para aí incidir o fator previdenciário global, por certo haverá uma clara melhoria na renda desses trabalhadores aposentados.

ENSINO PRIVADO

ULBRA

Professores aprovam acordo que reverte redução salarial

Em assembleia realizada no dia 1º de setembro, os professores da Ulbra aprovaram proposta de recomposição gradativa da redução salarial de 15%, formalizada por Acordo Coletivo em 2019.

Assim como a redução de 15% no valor da hora-aula, a recomposição do percentual foi resultado de ampla negociação no contexto da crise da instituição e do processo de Recuperação Judicial (RJ) deferido pelo Tribunal de Justiça (TJRS) à Aelbra, mantenedora da Rede Ulbra de Educação. A assembleia também aprovou a renovação do Acordo do Plano de Carreira Docente (PCD) da Ulbra.

O Acordo Coletivo prevê a recomposição do percentual reduzido em três parcelas a serem integradas até setembro de 2023. O percentual já vem sendo restituído de forma integral aos professores desligados pela instituição, exceto o primeiro grupo de docentes demitidos antes do pedido de RJ.

No dia 22 de setembro, deverá ocorrer a assembleia de credores da RJ, a qual foi suspensa no dia 24 de junho por ampla maioria de votos. O Sinpro/RS votou pela suspensão da assembleia na ocasião na perspectiva de que o plano de recuperação venha a contemplar de maneira mais ampla os interesses de ex-professores e do atual quadro docente da instituição.

Em valores atualizados, o total de créditos trabalhistas habilitados no processo de RJ é de R\$ 716 milhões.

Recuperação judicial

A Ulbra foi a primeira universidade privada do estado a pedir recuperação judicial. A Aelbra ingressou no dia 6 de maio de 2019 com um pedido de recuperação judicial na 4ª Vara Cível da Comarca de Canoas.

Negado em primeira instância, no dia 13 de dezembro do mesmo ano foi dado provimento ao recurso interposto perante o TJRS, pela 6ª Câmara Cível, que deferiu a Recuperação Judicial. Em 2019, para habilitar-se à RJ, a Aelbra foi transformada em S/A. No momento, todas as expectativas dos credores, professores e funcionários empregados estão voltadas para o desfecho do processo de RJ, o qual deverá ser definido pela assembleia do próximo dia 22 de setembro.



Foto: Gilson Camargo/Arquivo Extra Classe

Sessão da 6ª Câmara Cível do TJRS durante o julgamento da Recuperação Judicial da Aelbra, em outubro de 2019

O METABOLISMO NA MEIA IDADE

METABOLISMO: O RÉU!

Se você já cruzou a barreira dos 40, alguém já lhe falou em tom alarmante que depois dessa “idade” é ladeira abaixo quando o assunto é peso. E o coitado do metabolismo leva a culpa acusado de ficar lento e preguiçoso. Mas será ele o verdadeiro responsável?

VAMOS AOS ESTUDOS

O metabolismo sim desacelera ano a ano após os 30, mas a taxa que fica lenta é mínima. A maior parte do ganho de peso que ocorre na meia-idade não se deve ao metabolismo lento, e sim, ao simples fato de que você se torna menos ativo.

O PREGUIÇOSO ESTÁ NO SOFÁ!

Um cenário vai se formando num toque nessa idade: rotinas aceleradas, prazer de comer aliado às tendências gourmet, e com tantos streamings, o sofá fica imenso. Feito o caldo: menos músculos mais gordura, menos saúde mais remédios, menos movimento mais preguiça. E o culpado indefensável é o tal do metabolismo.

PEQUENAS MUDANÇAS, GRANDES RETORNOS!

A conta é simples: você pode seguir gourmet e vendo séries feliz no sofá, mas se você colocar exercícios regulares na sua semana, com certeza ficará mais longe dos remédios (aqueles associados a doenças metabólicas), com mais energia e disposição, sono de qualidade e aquela rotina acelerada vai ser mais leve de se levar. Experimente: são apenas 30 minutos por dia.



Aulas on-line

Em parceria com a Unimed Porto Alegre, oportunizamos uma grade semanal de atividades físicas on-line, totalmente gratuita. Acesse e se inscreva: www.unimedpoa.com.br/blogviverbem/agenda

Tem mais!!!

A Plataforma SOMOS MOVE – uma plataforma digital de videoaulas de muitas atividades físicas e treinos, receitas e planos alimentares e muito mais. Tudo isso no seu celular ou desktop! É livre e gratuita para os associados e dependentes do Sinpro/RS. Acesse e faça seu cadastro.

www.sinprors.org.br/saude/saude-do-professor/

Juntos em busca de mudanças positivas no seu estilo de vida!





Mérito, equidade e justiça

“A questão central para uma sociedade justa talvez seja mesmo aquela oferecida pelo desafio de aproximar os pontos de partida. Tanto mais se consiga avançar nessa direção, maiores serão as chances de que os bens sejam amplamente acessíveis”

Sempre que posso, mostro aos meus alunos um vídeo de quatro minutos sobre “A corrida dos 100 dólares”, disponível no YouTube. Toda a vez que o assisto novamente, me emociono com o exercício conduzido pelo professor que alinha algumas dezenas de alunos em um campo, para uma corrida, e oferece 100 dólares ao vencedor. Antes, porém, pede para que os alunos que têm pai e mãe casados avancem dois passos; que façam o mesmo aqueles que estudaram em escolas particulares; os que nunca se preocuparam se teriam o que comer na próxima refeição; os que nunca precisaram ajudar a pagar as contas de casa e, assim, sucessivamente. Antes da corrida começar, então, o que vemos é uma imensa desigualdade nos pontos de partida. Alguns dos alunos têm muitos metros de vantagem. Os que ficaram na posição mais recuada foram os pobres e os negros.

O vídeo nos ajuda a perceber que uma boa parte daquilo que costumamos identificar como mérito tem mais a ver com as oportunidades que tivemos e com as dificuldades que nos foram legadas do que com nossas próprias qualidades ou esforço. Compreender isso não significa desconsiderar o mérito individual, nem imaginar uma sociedade igualitária, em que não fosse possível prosperar por conta de talento, dedicação ou projeto. Um mundo onde fôssemos todos iguais seria não apenas incompatível com a ideia de justiça,

como também construiria uma realidade totalitária assemelhada ao célebre “Harrison Bergeron”, o conto distópico de Kurt Vonnegut, uma história na qual todas as pessoas foram declaradas iguais, não sendo permitido que alguém fosse mais inteligente, mais bonito, mais forte ou capaz de qualquer maneira, cabendo ao “Nivelador Geral” assegurar a igualdade.

A questão central para uma sociedade justa talvez seja mesmo aquela oferecida pelo desafio de aproximar os pontos de partida. Tanto mais se consiga avançar nessa direção, maiores serão as chances de que os bens sejam amplamente acessíveis. Essa é também a razão pela qual a qualidade da educação pública é tão decisiva. Em larga medida, a escola é o espaço em que, inclusive, determinados fatores de risco familiares – como a de ter nascido em uma casa onde não há um só livro; onde há adultos negligentes, violentos ou abusadores; ou onde preconceitos, como o racismo, a misoginia e a homofobia, constituem o ambiente doméstico – podem ser contrastados e superados.

Para que possamos conquistar pontos de partida mais próximos no futuro, talvez em algumas décadas – depois que o Brasil voltar a ter governos e não uma maldição –, será preciso efetuar reformas estruturais que desconcentrem renda e promovam inclusão social e cidadania, o que exigirá uma política econômica de desmonte do “rentismo” do capita-



Codependency de Janine Aberg (Acrílico sobre tela 24x15 - 2016)

lismo parasitário que temos por aqui; algo que sequer foi tentado em nossa história.

Políticas que assegurem direitos não impedirão, entretanto e felizmente, a distribuição aleatória das diferenças naturais, porque essa é outra das definições da agência humana: cada um de nós é um ser único, com possibilidades e capacidades exclusivas. O que nos leva a reconhecer que nossos talentos e limitações não são apenas aqueles que adquirimos no processo de socialização, mas sim uma resultante mais complexa de natureza biopsicosocial. Ter um “ouvido absoluto” constitui uma enorme vantagem para quem desejar ser músico; assim como ter pernas compridas e grande explosão muscular são marcadores essenciais para a excelência em determinados esportes. Há pessoas cujas características biológicas as predispoem a determinadas atividades e mesmo a certas preferências, o que restou comprovado em pesquisas com gêmeos idênticos separados ao nascimento e criados em culturas muito diversas. Há, também, outros fatores aleatórios que podem influenciar as trajetórias pessoais, como a própria ordem de nascimento, sendo que alguns estudos longitudinais têm encontrado que primogênitos têm mais chances de sucesso na comparação com seus irmãos. Nada disso tem a ver com mérito, sequer com escolhas

no sentido forte da palavra.

Cada sociedade define, por sua escala de valores, quais as atividades e capacidade que mais valoriza. Assim, por exemplo, o mérito em Esparta estava socialmente definido pela capacidade física e pela coragem, enquanto o mérito em uma sociedade medieval esteve perfilado pela honra e pelo temor a Deus. Sociedades democráticas secularizadas (aquelas em que a Constituição está acima de todos) também definem noções próprias de mérito. Pensando no Brasil, seria importante que cada instituição refletisse a respeito da natureza do mérito que seleciona. Determinadas ferramentas republicanas como o concurso público, por exemplo, têm permitido que se naturalize a seleção dos mais privilegiados socialmente, embora esse não seja o intuito dos processos. O desafio, então, parece ser o de definição de mecanismos e exigências capazes de agregar diversidade e capacidades menos tributárias do tempo livre, por exemplo, uma condição que desigualdade os concorrentes em prejuízo dos que precisam trabalhar para se sustentar.

Desafios dessa natureza têm a ver com o conceito de equidade que, para alguns pensadores, de Aristóteles a John Rawls, tem tudo a ver com a Justiça. Aliás, a obra “Uma Teoria da Justiça”, de Rawls, está completando 50 anos e nunca foi tão atual.

Organizado por mais de 40 anos, o acervo da Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF) está desmembrado e espalhado desde a extinção do órgão, ocorrida em 2017, durante a gestão do então governador, José Ivo Sartori/MDB.

Hoje, acessar o conteúdo do acervo FIGTF se tornou um desafio para pesquisadores e estudiosos dos costumes e manifestações artísticas do homem do pampa. Constituído no decorrer de mais de quatro décadas, o conjunto de indumentárias, fitas VHS, vídeos, áudios, livros, fotografias e slides, recortes de revistas e jornais, documentos de pesquisa sobre folclore e tradicionalismo e monografias da Faculdade de Música Palestrina (Famupa) foi desmembrado em 2017. Desde então, ocupa diversas instituições da Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Sul (Sedac-RS), e, apesar de estar em bom estado de conservação, “perdeu visibilidade e teve sua história enfraquecida”, na avaliação de especialistas.

“Qualquer acervo que passar por uma divisão perde um pouco do valor, uma vez que, a partir daí, a coleção fica espalhada”, observa o historiador Joel Santana da Gama. “Desmembrar um acervo é ruim, pois, além de se dividir em pedaços uma narrativa (antes contada pelo conjunto documental), se acaba empurrando um fardo para outras instituições, que já estão sobrecarregadas com um volume imenso de arquivos, e que seguem trabalhando com o mesmo número de funcionários e sem aumento de recursos.”

Coordenador do Sistema Estadual de Museus do governo do estado (SEM/RS) entre os anos de 2012 e 2014 (durante a gestão de Tarso Genro/PT), Gama pondera que, para que uma iniciativa como esta faça sentido, é preciso que se implemente uma “política de acervos clara”. “No caso do acervo do IGTF, que tinha um motivo para existir, a pesquisa e narrativa do tradicionalismo gaúcho se perdem a partir de seu desmembramento, é uma obra que se despedaça”, considera o historiador. Para ele, a percepção é de que a decisão foi tomada em cima de “custos financeiros” e não para salvar a memória ali contada.

Acervo desmembrado dificulta pesquisa sobre o folclore gaúcho

38 anos de trabalho jogados fora

A separação dos arquivos documentais do tradicionalismo e do folclore gaúcho é até hoje motivo de desgosto para um dos últimos servidores de carreira que ainda atuava no Instituto em 2017. Naquele ano, o então governador José Ivo Sartori deu cabo desta e de outras nove fundações estaduais. "Sinto que joguei 38 anos de trabalho fora", lamenta o pesquisador Terson da Costa Praxedes. Ele iniciou a jornada no órgão como auxiliar administrativo, mas,

no decorrer da carreira, assumiu diversas funções (à medida que eram extintos cargos de funcionários aposentados). "Cheguei a ser diretor técnico por oito meses", recorda. "Saí muito incomodado da entidade, pedi aposentadoria antes, por saber que o IGTF estava para ser extinto no mês seguinte. "Praxedes contesta a justificativa do fim das atividades da fundação, dada como "muito cara" para se manter. "Nosso orçamento anual era de R\$ 835 mil

para absolutamente tudo – salário dos funcionários e todas as outras despesas –, e quando a entidade fechou, só tinha dois funcionários de carreira, o restante (outros 12) eram todos cargos de confiança."

Ao ressaltar que a extinção ocorreu em meio à expectativa de que fosse aberto um concurso (aprovado pelo governo Genro) para recuperar cargos da fundação, o ex-servidor da casa desabafa: "Foi tudo desmantelado por gente que não tem cultura".

Ele enumera uma série de realizações da entidade e valoriza o acervo, hoje distribuído em cinco instituições administradas pela Sedac-RS. "Muitos festivais nativistas surgiram através do incentivo do Instituto, e realizávamos inúmeras pesquisas e estudos sobre música, dança, indumentária, culinária, construções de casas coloniais e outras estruturas, como moinhos, fornos, cemitérios, enfim, uma série de fatores que narravam a história do folclore gaúcho."

Parte do acervo pode estar perdida

O ex-servidor afirma acreditar que parte do acervo "pode ter sido perdida" e critica o fato do arquivo ter sido fragmentado por tipos de documentos e não por assuntos, o que dificulta ainda mais o trabalho de quem busca resgatar a pesquisa completa de um determinado tema. Praxedes recorda que o acervo mudou de espaço por mais de uma vez. "Passamos por diversos endereços, até nos estabelecermos em um espaço que foi totalmente improvisado (porque o então governador Antonio Britto simplesmente deixou de pagar aluguel para o Instituto) e que durou 22 anos no Centro Administrativo do Estado."

Isso talvez explique o motivo pelo qual os materiais encontrados, principalmente os discos, estivessem "mal acondicionados", segundo aponta a diretora da Discoteca Pública Natho Henn, Cida Pimentel. Situado na Casa de Cultura Mario Quintana (CCQM), o local é uma das instituições que recebeu parte do arquivo – cerca de 14.220 itens, entre LPs (11.490), fitas K7 (630), e CDs (2.100) de música nativista e gaudéria – que saiu da última sede do IGTF.

Cida conta que precisou desocupar uma das salas na CCMQ –

que tinha direito por ser também diretora do Instituto Estadual de Música – para poder comportar o material levantado pelos tradicionalistas. "Fiquei com a sala da Discoteca e cedi a outra para o acervo do IGTF, que está no quarto andar." Antes de levar o arquivo para o espaço, ela e mais seis pessoas trataram de limpar o material. "Os discos estavam com mofo, foi feito todo um restauro deste acervo, dentro das técnicas possíveis. É um acervo muito importante, que resgata todo o histórico dos festivais de música nativista. Temos coisas incríveis ali."

A diretora da Discoteca afirma que – mesmo durante a pandemia – há procura pelo acervo musical do IGTF: a maior demanda é de integrantes do tradicionalismo, "que querem ter certeza de que o material está bem conservado – e saem tranquilos, porque sim", destaca Cida. "Mas também há alguma busca para pesquisa escolar." A gestora observa que "é claro que o pessoal do tradicionalismo se ressentiu com a extinção do IGTF", porém pondera que se for se considerar a boa "manutenção da memória", as peças "foram para os devidos lugares" e, atual-

mente, se encontram em instituições "com expertise para cuidar e com qualificação para manter e preservar o acervo".

BIBLIOTECA – Um desses espaços qualificados é a Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul. "Recebemos o acervo bibliográfico do IGTF, com 3.562 livros de tradição, folclore, nativismo, literatura gaúcha, e história do Rio Grande do Sul, além de um acervo de recortes, que estão em 222 pastas, sobre estes mesmos assuntos, e mais literatura oral, regionalismo, festas populares, alimentação típica gaúcha, e mais uma série de temas ligados à cultura do Estado", informa a diretora da instituição, Morgana Marcon. Segundo ela, todo material está disponível para consulta do público no Setor do Rio Grande do Sul da Biblioteca Pública.

Ao contrário do que suspeita o antigo servidor do IGTF (e também outros integrantes do tradicionalismo), Morgana garante que, pelo menos no que se refere ao acervo bibliográfico, nada se perdeu. "Eu acompanhei todo o processo, inclusive do transporte do material. Quando fomos buscar – eu, como diretora e bibliotecária, e mais duas arquivistas –,



Morgana Marcon, diretora da Biblioteca Pública do Rio Grande do Sul

encaixotamos tudo, e numeramos as caixas." A gestora afirma que o conjunto documental era, inclusive, registrado pelo Instituto. "Eles tinham um fichário catalográfico e todas fichas estão conosco, mas nós incorporamos os títulos que não tínhamos ao nosso acervo do setor do Rio Grande do Sul, com a observação de que eram da extinta biblioteca do IGTF."

Morgana destaca que isso foi feito com metade dos livros que chegaram. "Foram catalogados e estão disponíveis para o público – os outros títulos, que já tínhamos, viraram nossa reserva técnica."

Veja a íntegra em:
www.extraclasse.org.br

Veja como é fácil dar uma aula de cidadania

Com a ajuda dos professores, o Sinpro/RS está doando cestas básicas e produtos de higiene pessoal. A vida está difícil para todo mundo, mas mesmo com uma pequena contribuição, você pode fazer uma grande diferença na vida de quem mais precisa.

Confira detalhes em sinprors.org.br.



Chave PIX para doação: 51997337506





FRAGA

Doses e doses

Faz de conta que o Coronavírus e uma Vacina (sem sobrenome, para evitar que o autor seja processado por qualquer laboratório) são apenas dois corações solitários numa noite fria. E faz de conta que há um piano-bar convidativo, onde é permitida a entrada de seres imaginários.

A Vacina chegou antes. Ela está exausta: foi um dia puxado, com mais de um milhão e duzentas mil aplicações. Ela toma um drinque, quer relaxar, esquecer de tanto entra e sai em êmbolos. Tudo que ela não quer é pensar em anticorpos. Mas a noite não concorda:

– Oi, boneca. Posso resolver todos os seus problemas.

– Peraí, eu não tenho nenhum problema.

– Como não, lindinha: e eu aqui?

O Coronavírus, que se acha um Bgartvírus, ri com a própria piada. Recebe de volta um olhar mais gelado que o cubo de gelo no copo. Como se disseminar melhor no clima frio e seco, insiste:

– Você vem sempre imunizar aqui, gata?

Vacina relembra de quantos braços se ofereceram a ela nos postos de saúde durante o dia. Repara que o Corona nem ombros tem. Com o canto do olho lança um torpedo desdenhoso.

Corona, já bebericando seu destilado botulínico, desenha o mais encantador sorriso que sua mente contaminante pode simular.

– O que uma garota como você faz num lugar tão antisséptico como esse?

A Vacina, indiferente ao forçado layout facial, improvisa entredentes:

– Espero pelo Tétano e a Cólera, combinamos um ménage à trois.

Corona vibra, se inclina, semicerra os olhos e sussurra em meio ao hálito esverdeado:

– Ah, tesouro, isso é pouco excitante. Você não prefere um quatre?

A Vacina intui que ele nunca irá desistir, ela não vai escapar. Ele se espalha fácil, é perigosamente contagiante. A Vacina então propõe:

– Vou desmarcar com Tétano e Cólera, você vai adorar minhas irmãs gêmeas.

Ela usa o celular enquanto ele, animado, acaricia seu capsídio.

Bebem em silêncio, ao som de Meu Bem, Meu Mal, tocado por um solerte pianista.

Não demora, a porta abre e entram duas belezuras, sócias perfeitas da Vacina. As três se abraçam, cochicham, riem alto.

Encantado e já seduzido, Corona quer saber:

– Afinal, quem são vocês três?

– Eu sou a Dose, essa aqui é a Dosi-nha e ela ali é a Dosona.

Mais risadas, mais encantamento dele. Aí o trio mira Corona e em uníssono convida:

– Estamos sem sono... Quer dormir com a gente?

Tri a fim da noitada, Corona solta um eba! juvenil e segue as moças porta afora. Na rua, ao lembrar dos apelidos delas, tem um calafrio. Ele ainda não sabe que não é de frio.

E a Vacina, ao andar ao lado do insidioso, se sente tensa: talvez fosse melhor convocar logo sua quarta irmã.

Ilustração: Sica

PROGRAMAÇÃO
ECARTAA agenda completa
em ecarta.org.br
e 51. 4009.2971

SHOWS VIRTUAIS

Transmitidos pelo Youtube | 18h



Foto: Mariana Korman/Divulgação

4/9 – Homem Café apresenta
Unidos a Sós

Foto: Nilton Santolin/Divulgação

18/9, 18h – Dionara Fuentes

ARTES VISUAIS

Porto Alegre | Entrada franca



Foto: Newton Nascimento dos Santos

Até 3/10 – Visitação à mostra *Coloque-se no meu lugar*, das artistas Ana Flávia Baldissotto, Daniel Caballero, Maria Helena Bernardes e Newton Nascimento dos Santos, com curadoria de Diego Hasse.

De 2 a 12/9 – 2º Festival Internacional de Videodança, com a apresentação de 45 trabalhos, sendo 25 produções nacionais provenientes de 10 estados e 20 trabalhos oriundos de 13 diferentes países.

CULTURA DOADORA

27/9, 19h – Painel virtual *Doar órgãos salva vidas. E o que mais?*, com Luciana Feijó, família doadora, Marindia Lahm, paciente em lista, e a psicóloga Carla Giuliani.

28/9, 19h – Painel virtual *A enfermagem e a doação de órgãos e tecidos para transplantes*, com as enfermeiras Simone Lysakowski, do Hospital Santa Casa de Porto Alegre, e Mayara Bitencourt, do Hospital Montenegro 100% SUS de Montenegro.

29 e 30/9, 14h às 18h – Curso de formação das Comissão Intra-Hospitalar de Doação de Órgãos e Tecidos para Transplante.

29/9, 19h – Painel virtual *O papel das Organizações de Procura de Órgãos do RS*, com a coordenação da OPO1, a médica Fernanda Bonow; da OPO2, a médica Luciana Miguel; da OPO3, o médico Thiago Passanin; da OPO4, o médico Cassiano Crusius; da OPO 5, a médica Fernanda Almeida; e da OPO 6, o médico Nelson Franco Barbosa Neto.

30/9, 19h – Painel virtual *A realidade dos Transplantes na Região Sul na pandemia*, com os coordenadores das Centrais de Transplantes do RS, Rafael Rosa, de SC, Joel de Andrade, e do PR, Luana Alves Tannous.

1/10, 19h – Painel virtual *Como é a vida de pessoas transplantadas*, com Monique Perosa, transplantada de coração, e Claudia Picoletto, transplantada hepática intervivos.

CONVERSA DE PROFESSOR

16/9, 19h – Painel *Frustração, como ajudar as crianças?*, com as professoras Idenilda Miranda e Fernanda Arantes.



VERISSIMO

Perdidos

"Há uma crise não só de velhas certezas ideológicas e morais, mas de velhas certezas científicas também, e não passa dia em que não se descubra que o universo não é nada do que se pensava ontem"

Na Inglaterra de Joseph Conrad, no relato diário de partidas e chegadas de navios publicado pela imprensa, a palavra mais temida era "overdue" - atrasado - junto ao nome de um barco.

- Estar "overdue" era estar à beira de um grande alívio ou de uma grande tragédia, pois só uma de duas palavras substituiria o temido adjetivo no noticiário: "arrived", chegado, finalmente, ou "missing", desaparecido.

Havia um tempo predeterminado para um barco "overdue" passar a ser descrito como "missing", e o progresso de uma condição a outra dava à leitura de um simples registro comercial a mesma sensação de um emocionante folhetim diário.

Na falta de notícias de uma chegada ou de uma tragédia comprovada, não havia um tempo predeterminado para o epíteto "missing" ser abandonado.

Ele perdurava ao lado do nome do barco como uma sombra, dia após dia, e o barco permanecia desaparecido, nas palavras de Conrad, "num mistério grande como o mundo".

Ou pelo menos como o mar.

Hoje, os perigos do mar continuam os mesmos, mas qualquer caíque sabe sempre exatamente onde está, e pode transmitir sua localização e sua condição em segundos.



Então, por que esta sensação de estarmos "overdue" em algum indefinível porto seguro do qual partimos e cujo caminho de volta nunca mais reencontramos, perdidos num mistério cada vez maior? Ao contrário dos nossos barcos, continuamos sendo matéria de especulação literária.

Há uma crise não só de velhas certezas ideológicas e morais, mas de velhas certezas científicas também, e não passa dia em que não se descubra que o universo não é nada do que se pensava ontem.

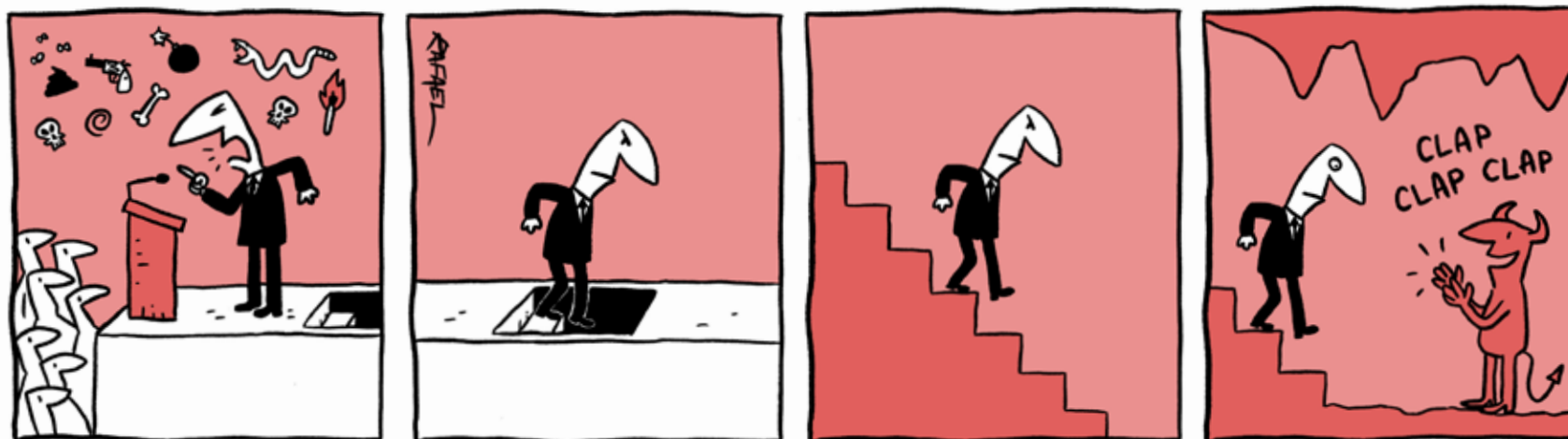
Não admira que as pessoas cada vez mais renunciem ao racional - que, afinal, nos deu o GPS, mas nos deixou mais desorientados do que antes - e busquem o místico, o tribal e o maluco.

Na falta de instrumentos precisos para mapear a angústia, apela-se de novo para entranhas de pássaros, deuses selvagens e a anulação dos sentidos.

No tempo de Joseph Conrad, os barcos guiavam-se pelos astros e pelos polos magnéticos.

Mesmo longe de qualquer porto ou socorro, nenhum herói embarcado de Conrad tinha razão para duvidar das estrelas sobre a sua cabeça ou da bússola à sua frente, ou dificuldade em identificar seu lugar no mundo.

RATO FALHO / RAFAEL CORRÊA



RANGO / EDGAR VASQUES



Muito mais do que marcas, serviços que fazem a diferença na vida dos professores.



sinprosaúde

Os convênios médico e odontológico representam uma preocupação histórica do Sinpro/RS com o atendimento à saúde dos professores.

Unimed, Top Life Centro Clínico Gaúcho e Uniodonto são opções acessíveis e seguras de acesso a esse serviço e uma ótima alternativa aos planos oferecidos pelas instituições.

Professores e seus dependentes podem fazer simulações no site do Sinpro/RS e comparar com os demais planos disponíveis no mercado.



O plano de previdência complementar, instituído pelo Sinpro/RS, em parceria com a Fundação Família Previdência, é um dos melhores fundos de pensão do estado e do país. Um plano moderno e flexível, aberto à adesão de todos os associados. Foi criado para garantir segurança e tranquilidade aos professores do ensino privado, onde os recursos são administrados por especialistas em investimentos de longo prazo.



Quem tem, ganha mais

Mensalmente, o Sinpro/RS firma novos convênios com estabelecimentos comerciais para garantir descontos em produtos e serviços aos seus associados. São diversos convênios em todo o estado, além de Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Hotéis, cinemas, restaurantes, vestuário, livrarias, postos de gasolina, brinquedos, exames médicos, academias, locadoras de veículos e muito mais segmentos.

